



	<b>Relatório de Avaliação do PDMA em vigor</b>
Índice	<ul style="list-style-type: none"><li>1. INTRODUÇÃO</li><li>2. EXECUÇÃO DO PLANO<ul style="list-style-type: none"><li>a. Objetivos:<ul style="list-style-type: none"><li>Avaliação e concretização</li><li>Programa de execução</li></ul></li><li>b. Modelo Territorial:<ul style="list-style-type: none"><li>Análise do Ordenamento e do Regulamento</li><li>Povoamento e ocupações dominantes</li><li>Quantificação das Classes de Espaços</li><li>Quantificação de Perímetro Urbano por freguesia</li><li>Quantificação das áreas consolidadas e áreas previstas no plano</li><li>Quantificação de servidões de utilidade pública por freguesia</li><li>Quantificação da sobreposição das servidões de utilidade pública</li><li>Áreas abrangidas por POPNSAC</li><li>Conflitos com o POPNSAC</li><li>Edificação em solo rural</li><li>Áreas afetas a uso industrial</li><li>Solo urbano e urbanizável e respetiva ocupação</li></ul></li><li>c. Grau de realização de infraestruturas municipais:<ul style="list-style-type: none"><li>Rede viária</li><li>Rede de abastecimento de água</li><li>Rede de drenagem e tratamento de efluentes</li></ul></li></ul></li></ul>



Rede elétrica  
Rede de gás  
Rede de telecomunicações

**3. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA**

População  
População residente em Grandes Grupos Etários  
Densidade Populacional  
Índice de Envelhecimento

**d. Grau de concretização de equipamentos de utilização coletiva:**

Educação  
Saúde/ Ação Social  
Desporto  
Cultura

**4. DINÂMICA URBANA**

Compromissos Urbanísticos  
Planos de pormenor eficazes  
Edifícios existentes e n.º de fogos

**5. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

Indústria: Parque industrial de Alcanena (abandono) e de Minde (desatualizado)  
Turismo  
Agricultura

**6. AMBIENTE**

Objetivos principais e setoriais do plano  
Poluição

**7. FATORES DE MUDANÇA DO PLANO**

**e. Reclassificação do solo rural em solo urbano:**  
Retificação do PDMA  
PP de Moitas Venda



---

	<p>Suspensão do PDMA e suas medidas preventivas</p> <p>f. Aplicabilidade dos parâmetros do PROT-OVT</p>
--	---

---





INTRODUÇÃO	<p>No âmbito do presente relatório pretende-se avaliar a eficácia de concretização dos objetivos e a execução do modelo de ordenamento, propostos no Plano Diretor Municipal de Alcanena (PDMA).</p> <p>O PDMA, como instrumento de planeamento municipal estabelece e regulamenta a organização do território através de ações diretas e indiretas quanto à ocupação, uso ou transformação do solo, definindo suas categorias e classes. Permite ainda a estabilização de condicionantes fundamentais ao território, como a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN).</p> <p>É propósito deste relatório aferir o grau de concretização das propostas constantes no PDMA, desde a data de aprovação de plano, 06 de outubro de 1994, para entendimento se os cenários, à data delineados, se mantêm ou se espelham um concelho muito diferente do que foi avaliado entre 1991 e 1994.</p> <p>Pretende-se proceder à identificação dos principais fatores de evolução no concelho de Alcanena para que a nova proposta de ordenamento seja, não só o aperfeiçoamento do processo mas, com a devida identificação das situações bem-sucedidas e eficazes, permita a sustentação à definição dos novos objetivos de desenvolvimento e critérios de sustentabilidade, a aplicar.</p> <p>Em análise à Carta de ordenamento consagrada, reconhece-se a existência de alguns desfasamentos, essencialmente pela falta de adaptação, em tempo apropriado, à dinâmica de desenvolvimento que o concelho conheceu desde a sua vigência.</p> <p>Importa salientar que, de uma maneira geral, a qualidade de vida do concelho aumentou, por força do desenvolvimento da região e do país, mas também das acessibilidades melhoradas, do desenvolvimento da indústria e da dotação de infraestruturização urbana e de equipamentos municipais – não sendo estes resultados diretos do PDMA que, no que se refere à fixação de população nos aglomerados rurais, delineou algumas limitações.</p>
------------	--



EXECUÇÃO DO PLANO	
	OBJETIVOS
	<p>Avaliação e concretização dos objetivos</p> <p>A estratégia de ordenamento balizada no PDMA aposta na integração do concelho a nível regional, pelas suas características macroeconómicas, pela acessibilidade e pela sua inclusão em área natural protegida, sendo um dos objetivos principais do plano a erradicação dos fatores geradores de poluição do meio ambiente.</p> <p>Pretende promover a expansão/estruturação da rede urbana e dos seus acessos viários, o ordenamento da atividade económica bem como a criação de equipamentos de utilização coletiva e estruturas básicas, aliando esta atuação à, salvaguarda e manutenção do espaço natural.</p> <p>Opções Estratégicas da Revisão</p> <p>Assim, a proposta de revisão do PDMA deverá assentar na estratégia de “reforçar a competitividade do concelho de Alcanena, relevando o seu papel no contexto territorial do Médio Tejo, tendo como objetivos a elevação dos padrões de qualidade de vida, a coesão social e a preservação e valorização dos recursos naturais e da identidade local.”- Documento Alcanena XXI</p> <p>A vigência do PDMA, ao longo destes 20 anos, permitiu registar um conjunto de situações que irão ser elementos integrantes nas opções estratégicas inerentes ao seu processo de revisão:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) A adequação do modelo territorial em consonância com o desenvolvimento dos contextos socioeconómicos, culturais e ambientais;</li><li>2) Um plano funcional e eficaz dependente da correta e dinâmica atualização da base cartográfica, integrada em Sistema de Informação Geográfica Municipal;</li></ol>



- 3) A análise e projeção otimizada das redes de infraestruturação urbana e equipamentos de utilização coletiva;
- 4) A adequação dos novos quadros legislativos e orientações estratégicas, nomeadamente as resultantes do PROT-OVT, bem como a adequação aos novos parâmetros normativos urbanísticos, da classificação e qualificação do solo com as dinâmicas atuais do território concelhio.



**Câmara Municipal de Alcanena**

	Análise do Ordenamento e do Regulamento
	Resolução de Conselho de Ministros n.º 98/94, de 06, de outubro, na sua atual redação  Ao Regulamento, parte integrante do plano, segue-se uma análise quanto à operacionalização do mesmo, quantificado o nível de execução do articulado:

Regulamentação	Representação	Níveis de execução				Objetivos Estratégicos
		Elevado	Regular	Baixo	Sem intervenção	
Art.º 9.º	Alcanena/ Vila Moreira / Minde / Monsanto / Louriceira					Plano de Pormenor de Salvaguarda em Espaços Urbanos
Art.º 9 ao art.º 15.º	Núcleo histórico					Consideração pelas características de identidade própria do núcleo histórico ou do local de intervenção, nomeadamente no que se refere ao enquadramento urbano/arquitetónico e paisagístico;



Regulamentação	Representação	Níveis de execução				Objetivos Estratégicos
		Elevado	Regular	Baixo	Sem intervenção	
Art.º 17 e Art.º 35.º	Espaço Urbano					Restrição a áreas infraestruturadas como premissa para nova construção
Art.º 18.º alínea f)	Espaço Urbano					Compatibilização de núcleos urbanos com indústria ligeira ou unidades de armazenagem
Art.º 18.º alínea f)	Espaço Urbano					Interdição quanto à instalação de unidades industriais em aglomerados urbanos
Art.º 20.º	Carta de Ordenamento, à escala 1/10 000, para a povoação de Vila Moreira e de Alcanena					Colmatação de áreas intersticiais vocacionadas para criação de espaços verdes para recreio e lazer.
Art.º 23.º	Carta de Ordenamento, à escala 1/10 000, para a povoação de Vila Moreira e de Alcanena					Delimitação de áreas programadas sujeitas a planeamento



**Câmara Municipal de Alcanena**

Regulamentação	Representação	Níveis de execução				Objetivos Estratégicos
		Elevado	Regular	Baixo	Sem intervenção	
Art.º 24.º	Espaço Urbanizável Programado					Programação de espaços habitacionais
Art.º 23.º e Art.º 24.º	Operação de loteamento					Garantia do planeamento urbano
Art.º 29.º	Espaço Industrial Proposto					Programação dos espaços industriais
Art.º 30.º	Espaço Industrial Existente					Reabilitação dos espaços industriais degradados e devolutos através da sua reutilização direcionada para fins habitacionais
Art.º 31.º	Espaço Indústria Extrativa					Salvaguarda do meio natural (Restrição às novas explorações de inertes)
Art.º 34.º	Espaço agrícola					Conservação da aptidão dos solos agrícolas
Art.º 35.º	Espaço de Transição e restantes espaços agrícolas					Compatibilização de edificações, nomeadamente habitacional, com solo agrícola



**Câmara Municipal de Alcanena**

Regulamentação	Representação	Níveis de execução				Objetivos Estratégicos
		Elevado	Regular	Baixo	Sem intervenção	
Art.º 39.º e Art.º 41.º	Espaços Florestais					Defesa das características do solo natural, sem inclusão em área protegida



PROGRAMA DE EXECUÇÃO	De acordo com o programa de execução do PDMA, enumeram-se as seguintes ações e o seu grau de concretização <sup>1</sup> .				
	1. No âmbito do Ordenamento do Território:				
Níveis de execução					
Medida	Elevado	Médio	Baixo	Sem Execução	
1.1 Revisão dos Planos de Urbanização de Alcanena e Minde					
1.2 Planos de Pormenor dos Aglomerados Rurais					
1.3 Planos de Salvaguarda para os centros históricos identificados em Regulamento					

<sup>1</sup> Algumas também presentes no Regulamento do plano, acima descritas.



1.	No âmbito do <b>Ordenamento do Território</b>				
	Níveis de execução				
	Medida	Elevado	Médio	Baixo	Sem Execução
	1.4 Estudos de caracterização do Território Municipal (colaboração com PNSAC)				
	1.5 Planos de Pormenor das áreas industriais				Obs.: Realizou-se loteamento municipal da zona industrial de Minde
	1.6 Base de dados Municipal				
2.	No âmbito da <b>Qualidade Ambiental</b>				
	Níveis de execução				
	Medida	Elevado	Médio	Baixo	Sem Execução
	2.1 Recuperação Ambiental do Rio Alviela				
	2.2. (Nova situação para) Aterro				



	sanitário municipal				
	2.3 Nova estação de tratamento de esgotos				
	2.4 Aterro industrial intermunicipal				
3.	No âmbito da <b>estrutura económica</b>				
PROGRAMA DE EXECUÇÃO	Níveis de execução				
	Medida	Elevado	Médio	Baixo	Sem Execução
	3.1 Melhoria dos caminhos vicinais e eletricidade rural				
	3.2 Aplicação do Plano de Desenvolvimento Agrícola Regional (PDAR)				Conforme dados da DRAP-LVT, não existiu aplicabilidade de nenhuma medida para o concelho de Alcanena
	3.3 Ações de Ordenamento Florestal				
	3.4 Transferências de unidades industriais incorretamente localizadas				
	3.5 Incentivos financeiros à fixação industrial do Concelho				



	3.6 Promoção do Concelho				
	3.7 Desenvolvimento da ação da ADSAICA				
	3.8 Instalações hoteleiras e similares				
4.	No âmbito do <b>parque edificado e alojamento</b>				
	Níveis de Execução				
	Medida	Elevado	Médio	Baixo	Sem Execução
	4.1 Reabilitação do Parque Edificado				
	4.2 Construção de Habitação social e cooperativa				
	4.3 Construção de Habitações				



5.	No âmbito dos <b>Equipamentos Coletivos</b>				
	Níveis de Execução				
	Medida	Elevado	Médio	Baixo	Sem Execução
	5.1 Reutilização de Escolas Primárias				
	5.2 Reabilitação das instalações escolares				
	5.3 Escola de formação profissional da Industria Curtumes				
	5.4 Centros de dia da 3.ª idade				
	5.5 Centros de Saúde de Alcanena e extensão Monsanto				
	5.6 Equipamentos desportivos				
	5.6.1 Manutenção e melhoria de campos de jogos				
	5.6.2 Pista de Atletismo de Minde				



5.6.3 Polidesportivo coberto				
5.6.4 Piscinas cobertas e descoberta				
Níveis de Execução				
Medida	Elevado	Médio	Baixo	Sem Execução
5.7 Equipamentos Culturais e Recreio				
5.7.1 Biblioteca				
5.7.2 Casa da Cultura				
5.7.3 Museu dos Curtumes				
5.7.4 Reabilitação Cine-teatro Pedro				
5.7.5 Apoio logístico associações culturais				
5.8 Serviços de âmbito municipal				
5.8.1 Construção novos edifícios de Junta de Freguesia				



	5.8.2 Ampliação dos cemitérios de Louriceira e Moitas Venda				
	5.8.3 Parque de feiras e exposições	Edifício multiusos			
6.	No âmbito da <b>rede viária e transportes</b>				
	Níveis de Execução				
	Medida	Elevado	Médio	Baixo	Sem Execução
	6.1 Construção Via Alcanena: (ex) - IP6				
	6.2 Circular a Alcanena				
	6.2.1 Troço Peral – Vila Moreira				
	6.2.2 – Troço Vila Moreira EN 361				
	6.2.3 - Troço EN 361 – EM 513-3				
	6.2.4 – Troço EM 513-3 – Peral				



	6.3 Beneficiações viárias				
	6.3.1 EN 243 e ex EN 360				
	6.3.2 Restantes Vias				
	6.4 Transportes municipais				
7.	No âmbito do <b>Património Natural e Construído</b>				
	Níveis de Execução				
	Medida	Elevado	Médio	Baixo	Sem Execução
	7.1 Classificação de Imóveis e Conjuntos				
	7.2 Reabilitação e conservação de sítios arqueológicos e naturais				



8.	No Âmbito de <b>Infraestruturas Básicas</b>				
	Níveis de Execução				
	Medida	Elevado	Médio	Baixo	Sem Execução
	8.1 Reformulação sistema abastecimento água Minde				
	8.2 Melhoria abastecimento água Alcanena				
	8.3 Melhoria abastecimento água Malhou				Obs.: sem dados para avaliar
	8.4 Otimização consumo energético sistema de abastecimento água				Obs.. sem dados para avaliar
	8.5 Abastecimento de água a Carvalheiro				Obs. É feito a partir do concelho de Santarém
	8.6 Reorganização dos serviços municipalizados				Obs. Os serviços de abastecimento são garantidos por concessionário
	8.7 Cadastro rede águas e deteção de fugas		Deteção fugas	Cadastro	



Medida	Níveis de Execução			
	Elevado	Médio	Baixo	Sem execução
8.8 Controle de qualidade				
8.9 Programa de tratamento de efluentes líquidos do concelho				
8.10 Cadastro rede águas residuais e sua caracterização				
8.11 Construção de redes de drenagem e estações de tratamento				
8.12 Melhoria serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos				
8.13 Construção aterro industrial				



ORDENAMENTO

Povoamento

O meio urbano do concelho caracteriza-se por três tipos de povoamentos, associados ao tipo de atividade socioeconómica:

1. Povoamento concentrado - núcleos de Alcanena, Vila Moreira, Minde, Monsanto, Espinheiro, Louriceira;
2. Povoamento disperso - Serra de Santo António;
3. Povoamento linear e não estruturado - correspondendo às restantes áreas de expansão.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística e, à data, a Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - *Tipologia de Áreas Urbanas, 1998*, os indicadores urbanos classificam a atual União de freguesias de Alcanena e de Vila Moreira como áreas *predominantemente urbanas* e as freguesias de Minde e Moitas Venda como áreas *mediamente urbanas*.

A partir de 1998, após o estudo divulgado pela, à data, DGOTDU - estes eram os valores atribuídos ao concelho, que se assemelham aos entretanto calculados pelo Sistema de Informação Geográfica municipal (SIG):

ÁREAS (ha)					
	URBANA	EQUIPAMENTOS	INDÚSTRIA	INDÚSTRIA EXTRACTIVA	
EXISTENTE	145	20	102	20	
PREVISTOS	459	27	152	-	
EDIFICAÇÃO DISPERSA (Espaço de Transição)	798				
<b>Total (ha)</b>	<b>1,402</b>	<b>47</b>	<b>254</b>	<b>20</b>	<b>1,710</b>

Tabela 1: Áreas calculadas para o PDMA

FONTE: DGOTDU – planos diretores municipais – Georeferenciação de área urbanas, turísticas e industriais, Coleção Informação 1, ano

de 1998



---

#### Ocupações Dominantes

As áreas naturais, com cerca de 6.216 hectares, prevalecem no território do concelho de Alcanena, nas freguesias de Serra de Santo António (1.118ha), União das freguesias de Malhou Espinheiro e Louriceira (1.136ha), Monsanto (1.318ha) e Minde (1.678ha), seguindo-se as áreas agrícolas e florestais, totalizando cerca de 2.926ha e 1.758ha, com predominância na União de freguesias de Malhou, Espinheiro e Louriceira (1.102ha *Espaço Agrícola* e 933ha de *Espaço Florestal*), Bugalhos (735ha de *Espaço Agrícola* e 735ha de *Espaço Florestal*).

Existem áreas de incultos, que correspondem a campos agrícolas abandonados, na área Norte do concelho, na freguesia de Minde.

As áreas sociais coincidem com os aglomerados populacionais dos lugares e das vias de acesso.

---



<b>Quantificação das Classes de Espaços</b>	
<p>O território foi ordenado em função das seguintes classes de espaço, conforme o art.º 7.º do regulamento do PDMA e com as quantificações abaixo indicadas, referentes à Carta de Ordenamento.</p> <p>As quantificações foram realizadas pelo Gabinete de Sistema de Informação Geográfica do município (SIG) e seguem em anexos:</p>	
<b>À escala 1/25 000</b>	
Espaço Urbano	Total: 500ha Minde: 187ha/Moitas Venda:34ha/Monsanto:16ha/Alcanena+ V. Moreira: 230ha/Malhou+Espinheiro+Louriceira:30ha
Espaço Urbanizável	Total: 163ha Bugalhos: 1ha/Minde: 33ha/Alcanena + V. Moreira:127ha
Espaço Industrial Existente	Total:61ha Bugalhos: 3ha/Monsanto: 2,4ha/Alcanena + V. Moreira: 47ha/ Malhou+Espinheiro+Louriceira: 7,8ha
Espaço Industrial Proposto	Total: 165ha Bugalhos: 24,7ha/Minde:19ha/Moitas Venda:33ha/Alcanena + V. Moreira: 86,6ha
Espaço Indústria Extrativa	Total: 24ha - Monsanto: 9,2ha/ Minde: 5,5ha/Moitas Venda: 9,2ha



**Câmara Municipal de Alcanena**

Espaço Agrícola	Total: 2926ha Bugalhos:735ha/Minde:108ha/Moitas Venda: 177ha/Monsanto: 416ha/Serra de Sto. António: 150ha/Alcanena + V. Moreira: 394ha/ Malhou+Espinheiro+Louriceira: 1102ha
Espaço Agrícola em RAN	Total:1.322ha
Espaço Florestal	Total: 1.758ha Bugalhos:535ha/Moitas Venda: 96ha/ Alcanena + V. Moreira: 192ha/ Malhou+Espinheiro+Louriceira: 933ha
Espaço Florestal em REN	Total:98ha
Espaço Natural e Cultural	Total:6.216ha Bugalhos:197ha/Minde:1.678ha/Monsanto:1.318ha/Serra de Sto.António: 1.118ha/Alcanena+V. Moreira:321ha/ Malhou+Espinheiro+Louriceira: 1136ha
Espaço Natural e Cultural em REN	5.834ha
<b>À escala 1/10 000</b>	
Área de Equipamento + Área Verde	Total: 75ha Minde: 6,3ha/ Alcanena e Vila Moreira: 64ha/ Malhou+Espinheiro+Louriceira: 4,45ha
Espaço programado	6ha, na União de freguesias de Alcanena e Vila Moreira



De acordo com o cálculo das áreas definidas na Carta de Ordenamento, à escala 1/25 000, o **perímetro urbano** do concelho, que inclui o *Espaço Urbano, Espaço Urbanizável e Espaço Industrial (Existente e Proposto)*, totaliza cerca de 942 hectares e reporta-se da seguinte maneira, para as freguesias num universo de 127,33 Km<sup>2</sup>:

União de Alcanena e Vila Moreira: 56%

Minde: 27%

Moitas Venda: 8%

União Malhou, Espinheiro e Louriceira: 4%

Bugalhos: 3%

Monsanto: 2%

Serra de Santo António: 0%

No que se refere às **restrições de utilidade pública**, as freguesias distribuem-se do seguinte modo quanto à **Reserva Ecológica**

**Nacional, REN:**

União de Alcanena e Vila Moreira: 323ha – 4,3%

Minde: 1827ha – 24,5%

Serra de Santo António: 1.346,9ha – 18,1%

Moitas Venda: 461,9ha – 6,2%



---

União Malhou, Espinheiro e Louriceira: 1.643,3ha – 22,1%

Bugalhos: 283,4ha – 3,8%

Monsanto: 1.543,5ha – 20,7%

Em suma, a área de REN afeta ao concelho de Alcanena é de 7.433,87ha.

Quanto à **Reserva Agrícola Nacional, RAN**, as freguesias apresentam-se com a seguinte incidência, num total de 1.750,65ha:

União de Alcanena e Vila Moreira: 282ha – 16,1%

Minde: 84ha – 4,8%

Serra de Santo António: 50,18ha – 2,8%

Moitas Venda: 40,67ha – 2,3%

União de Malhou, Espinheiro e Louriceira: 743,7ha – 42,49%

Bugalhos: 382,7ha – 21,8%

Monsanto: 166,7ha – 9,5%

**Sobreposição com Carta de Ordenamento:**

No que se refere à área de restrições de utilidade pública REN e RAN, estas sobrepõe-se do seguinte modo, com as classes de espaço presentes no Ordenamento:

Espaço Urbano: 17ha em REN e 3,5ha em RAN

Espaço Urbanizável: 3,15ha em REN e 3,9ha em RAN

---



---

Área de Equipamento: 10,9ha em REN e 2,7ha em RAN  
Espaço Industrial Existente:11,2ha em REN e 7,15ha em RAN  
Espaço Industrial Proposto: 7,5ha em REN e 3,9ha em RAN  
Espaço Indústria Extrativa:17ha em REN e 0ha em RAN  
Espaço Agrícola: 1.226ha em REN e 1.322ha em RAN  
Espaço Florestal: 98,94ha em REN e 181,8ha em RAN  
Espaço Natural e Cultural:5834ha em REN e 193,8ha em RAN  
Espaço de Transição: 111ha em REN e 25ha em RAN.

O **Espaço de Transição**, com cerca de 750ha de área no concelho, caracteriza-se da seguinte maneira para as freguesias:

Bugalhos: 143ha;

Minde:51ha;

Moitas Venbda:38ha;

Monsanto:80ha;

Serra de Santo António: 155ha (área total da povoação);

União Alcanena + V. Moreira: 102ha;

União Malhou, espinheiro e Louriceira: 180ha.

---



No que concerne à área inserida no **Plano de Ordenamento do Parque Natural de Serra de Aire e de Candeeiros**, POPNSAC, a mesma incide sobre três classes de espaço, distribuídas por 7 freguesias (a união de Malhou, Espinheiro e Louriceira está incluída face à distribuição geográfica de Louriceira e a freguesia de Bugalhos está excluída):

- Espaço Natural e Cultural: 4287ha, com maior predominância para a freguesia de Monsanto, com 1318ha, seguida da freguesia de Serra de S.to António, com 1.118ha;
- Espaço Agrícola: 904ha, com maior n.º de áreas afetadas à freguesia de Monsanto, com 416ha;
- Espaço Florestal:3,4ha, sendo 3ha na União de freguesias de Alcanena e Vila Moreira;

Na área da intervenção do POPNSAC, encontra-se ainda delimitado:

- Espaço de equipamento estruturante, com 13,5ha, sendo 8ha nos Olhos de Água, Alviela;
- Espaço de Indústria Existente, com 31ha, sendo 23,7ha na união de freguesia de Alcanena e V. Moreira;
- Espaço de Indústria Proposta, totalizando cerca de 20ha, sendo 14ha em Minde;
- Espaço de Indústria Extrativa, com cerca de 24ha, sendo 9ha distribuídos pela freguesia de Moitas Venda e outros 9ha pela de Monsanto;
- Espaço de Transição, com 308ha, com incidência de 155ha na freguesia de Serra de Sto. António;
- Espaço Urbano totaliza 207ha, com 129ha em Minde;
- Espaço Urbanizável totaliza cerca de 34,6ha, sendo 33ha em Minde.



### POPNSAC

Com a aprovação do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de Aire e de Candeeiros, POPNSAC, pela RCM 57/2010, de 12 de agosto, verificaram-se algumas incongruências/desfasamentos entre o POPNSAC e o PDMA em vigor, no que se refere aos limites dos perímetros urbanos em vigor, nomeadamente suas sobreposições/conflitos: foram registados cerca de 80 conflitos, conforme Planta de sinalizações, em anexo (cor vermelho):

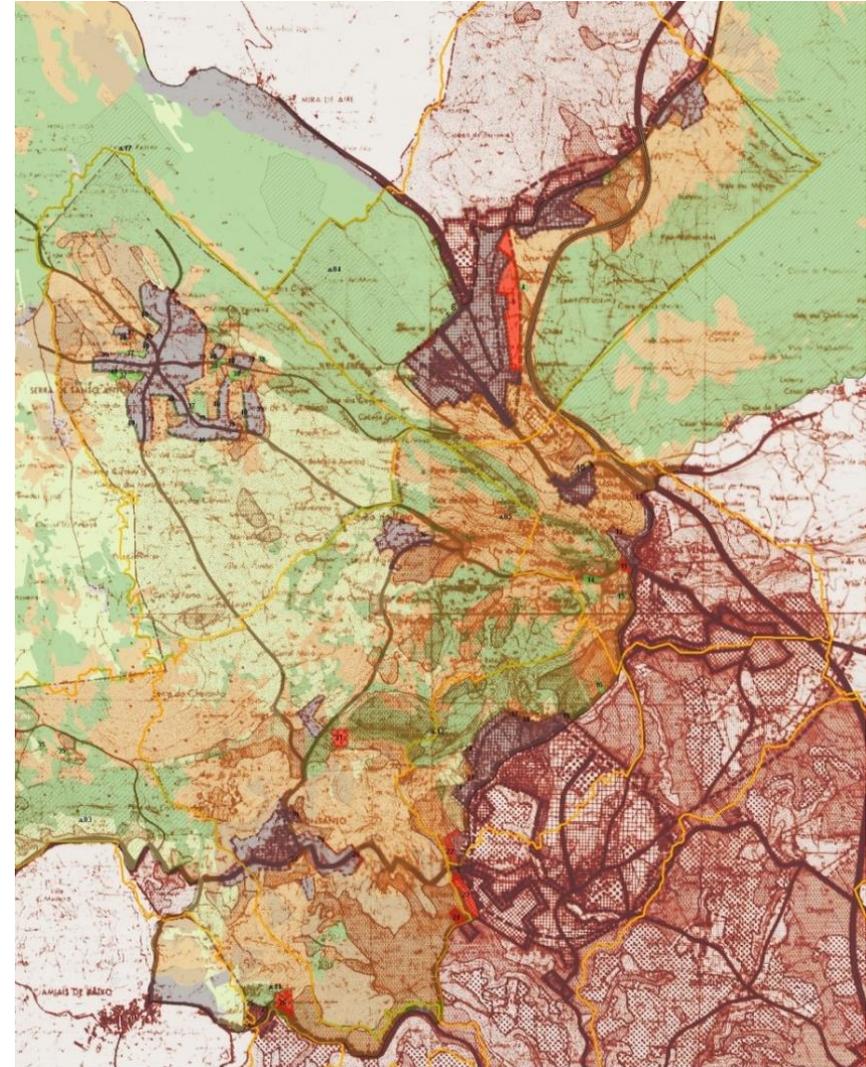


Figura 1: Planta com identificação de conflitos entre o PDMA e o POPNSAC  
Fonte: SIG/ CMA



METODOLOGIA  
APLICADA PARA  
QUANTIFICAÇÃO  
ÁREAS  
OCUPADAS

**Quantificação da área urbana ocupada prevista na Carta de Ordenamento**

Para quantificar os níveis de execução do plano municipal, quanto ao grau de ocupação dos espaços urbanos, urbanizáveis e industriais, foi elaborado, para cada conjunto edificatório, com características de aglomerado, definido na carta de ordenamento, a seguinte metodologia:

O método de identificação das áreas edificadas, operacionalizado no Sistema de Informação Geográfica municipal (SIG) é efetuado utilizando dados vetor e *raster*, aferidos através da interpretação dos ortofotomapas e cartografia, e utilização do reconhecimento presencial sobre as áreas.

O conjunto de edifícios, agregados em sistema SIG, permite a identificação de unidades de polígonos desses edifícios na relação das distâncias entre eles, (contornos das áreas edificadas) através da aplicação de delimitações (*buffers*) com duas variáveis: *buffers* de 50m e *buffers* de 25m aferidos mediante a estrutura do povoamento e da existência de infraestruturção e dos interstícios entre edificações.

A delimitação da área com capacidade construtiva foi feita com base na análise do edificado da cartografia 10K com o apoio do SIG, que, através da aplicação de *buffers* de 25 m para as áreas consolidadas e 50 m para as áreas dispersas (COR AZUL, do mapa abaixo, a saber: Serra de Santo António, Gouxaria, Gouxaria Norte – Valinhos, Casais Romeiros, aglomerado de Moita, Entrepasto Logístico, povoação de Carvalheiro) aos limites das edificações existentes, permitiu a criação de limites de intervenção e a identificação dos espaços ocupados e a sua contabilização.

A estas áreas reportam-se a execução de operações urbanísticas.

OCUPAÇÃO	Bugalhos	Minde	Moitas Venda	Monsanto	Serra de Sto. António	União freg. Malhou Espinheiro/Louriceira	União freg. Alcanena/Vila Moreira	Total Hectares
Aplicação da métrica 25m	93,9	233	75	95	0,86	191	308	999
Aplicação da métrica 50m	71				206	63	209	551
<b>TOTAL</b>	164,9	233	75	95	207	254	517	<b>1.550</b>

Tabela 2: Áreas de ocupação calculadas para o concelho de Alcanena Fonte: SIG/CMA

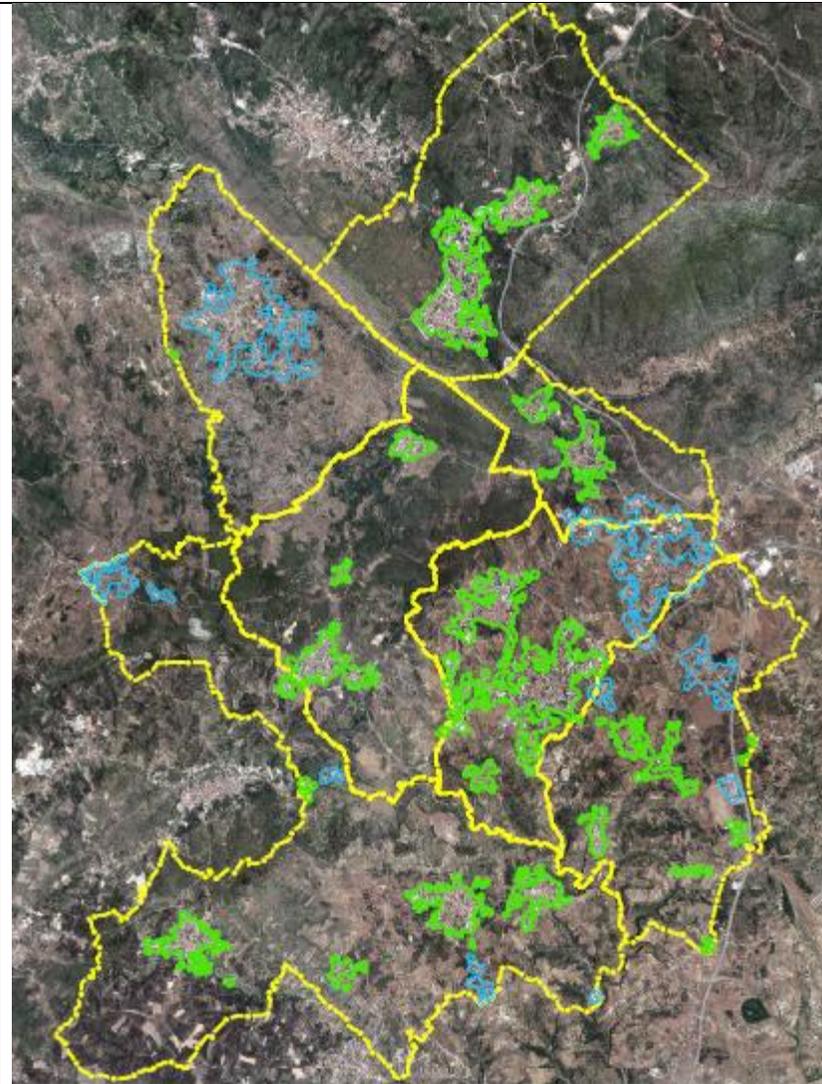


Figura 2: Quantificação da área ocupada PDMA:  
Cor Azul: aplicação de *buffers* de 50m  
Cor Verde: aplicação de *buffers* de 25m  
Fonte: Gabinete de SIG/CMA: Dezembro de 2014



INFRAESTRUTURAS	
	<p>Na generalidade, verificou-se uma evolução positiva no âmbito da execução das infraestruturas urbanas, pois, aos dias de hoje, praticamente todos os aglomerados urbanos possuem as infraestruturas essenciais (abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, abastecimento elétrico, telecomunicações e recolha de resíduos sólidos).</p> <p>REDE VIÁRIA</p> <p>A rede viária representa a articulação funcional dos diferentes aglomerados urbanos e industriais e define-se a partir da sequência hierárquica que estabelecem.</p> <p>O que o Plano de 1994 pretendia, fundamentalmente:</p> <p>Modelo viário concelhio que tenha em conta a rede viária estruturante nacional, a rede urbana concelhia e regional e suas respetivas interligações, com:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Parâmetros mínimos de perfil viário, por tipologia de vias;</li><li>· Beneficiação e realização destas infraestruturas, em consonância com a JAE (à data) e a CMA.</li></ul>
	<p>Atualmente,</p> <p>O sistema de mobilidade do concelho apresenta uma boa acessibilidade ao exterior, sendo genericamente limitado a Nascente pelo eixo rodoviário fundamental de nível nacional A1/IP1, apenas estabelecendo ligação com esta via e com a A23 através da EN 243, muito condicionada no troço inicial pertencente ao Concelho de Torres Novas, e da EN 365-4 / ex-EN 36.</p> <p>Assim, o concelho é servido por infraestruturas rodoviárias da Rede Nacional Complementar, Estradas Nacionais: EN3, EN243, EN360, EN365-4 e EN361. Integram ainda a rede municipal as seguintes infraestruturas viárias: EM594, EM594-1, EM557, EM564,</p>



EM513-1, EM513-2, EM513-3, EM506, EM513, EM 557-4, EM 565-1, CM1143, CM1142, CM1136, CM1136-2, CM1137, CM1138, CM 1136-1, CM 1139, CM 1140, CM 1141 e CM 1318.

A estrutura viária principal do concelho baseia-se na EN 365-4 / ER 361, que estrutura a área Central e Poente do concelho (Alcanena – Monsanto – Rio Maior), e na EN 243, que estrutura a área Norte (Minde – Vale Alto - Fátima). Estas duas ligações apresentam relação viária apenas por vias de nível inferior ou muito condicionada.

A rede viária existente caracteriza-se por estruturas radiais que estabelecem a ligação entre Alcanena e os aglomerados limítrofes e as vias de ligação entre os mesmos, caracterizando-se, de um modo geral, por várias situações desadequadas: Aquando do atravessamento de aglomerados ou de áreas centrais, existem, geralmente, áreas de conflitos entre tráfego local e municipal/nacional e áreas de conflito entre veículos e peões.

Existe um elevado atravessamento de veículos pesados pelo concelho para acesso a áreas industriais junto a núcleos urbanos e a núcleos rurais, sendo que as ligações viárias às áreas industriais (Gouxaria, Monsanto Minde e sul de Alcanena), são deficitárias. De um modo geral, perfis das vias são estreitos e inadequados às funções das mesmas.

#### **Via circular de Alcanena/Vila Moreira**

A via circular de Alcanena/Vila Moreira, prevista na carta de ordenamento e também identificada e delimitada na carta de servidões e restrições de utilidade pública do PDMA, regulamentada pelo art.º 45.º, é oriunda da EN 243 e encontra-se executada apenas em dois troços distintos:

- A Nascente, desde a ligação do Peral à zona industrial da povoação de Vila Moreira (principais unidades industriais e de armazenagem), abrangendo o troço AB, identificado na imagem seguinte (estrada de ligação da rotunda do Peral à rotunda da Chã e estrada de ligação da rotunda da Chã à rotunda de Vila Moreira);
- O restante troço, troço CD, executado e correspondente à via circular Alcanena /Vila Moreira é a Poente, (troço da estrada municipal 557-4, ligação da estrada regional 361 para o campo de futebol de Vila Moreira).

Em suma, o traçado executado, referente à circular de Alcanena e Vila Moreira corresponde apenas ao troço nascente (troço AB) e poente (troço CD), sendo que os restantes excertos representam, a norte, um grande investimento em obras de arte, face ao solo em causa (realizando-se o atual trajeto pela Rua 24 de Junho, em Vila Moreira) e a sul, um grande constrangimento pelos compromissos urbanísticos existentes, à data da definição da servidão.

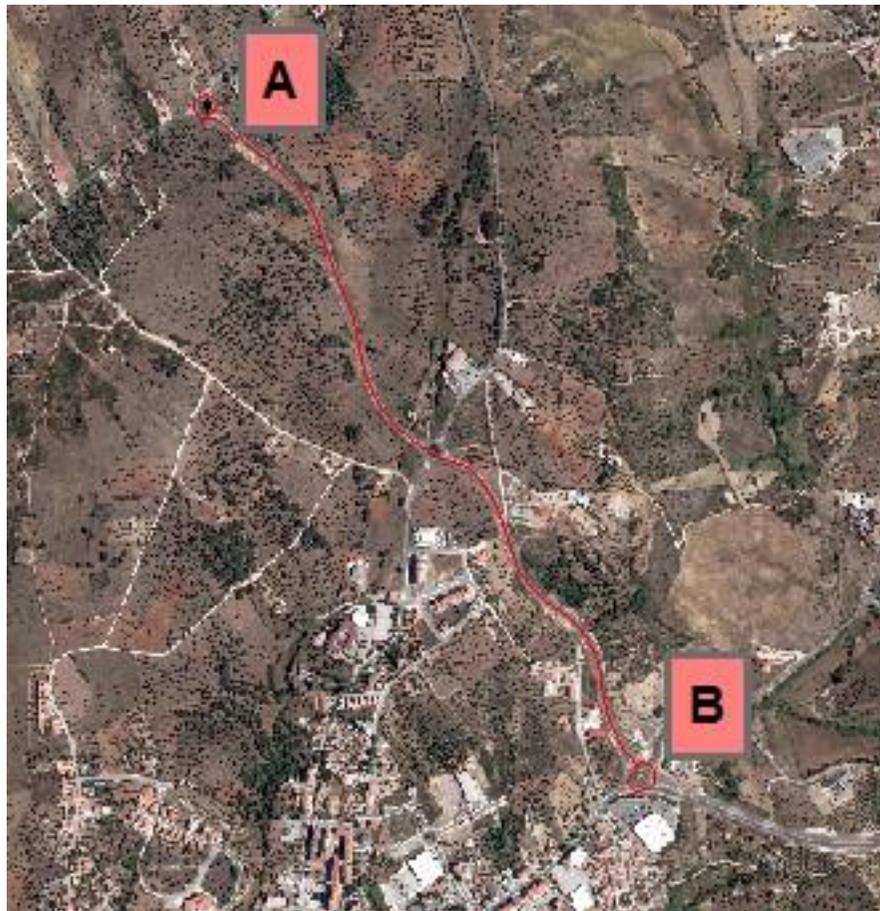


Figura 3: Ortofotomapa 1 com identificação do troço AB, a Nascente, referente à via circular Alcanena/ Vila Moreira executada durante a vigência do PDMA – ano de 2010

Fonte: Site Municipal de Plantas de localização



Figura 4: Ortofotomapa 2, com identificação do troço CD, a Ponte, referente à Via Circular Alcanena/ Vila Moreira - ano 2010  
Fonte: Site Municipal de Plantas de localização

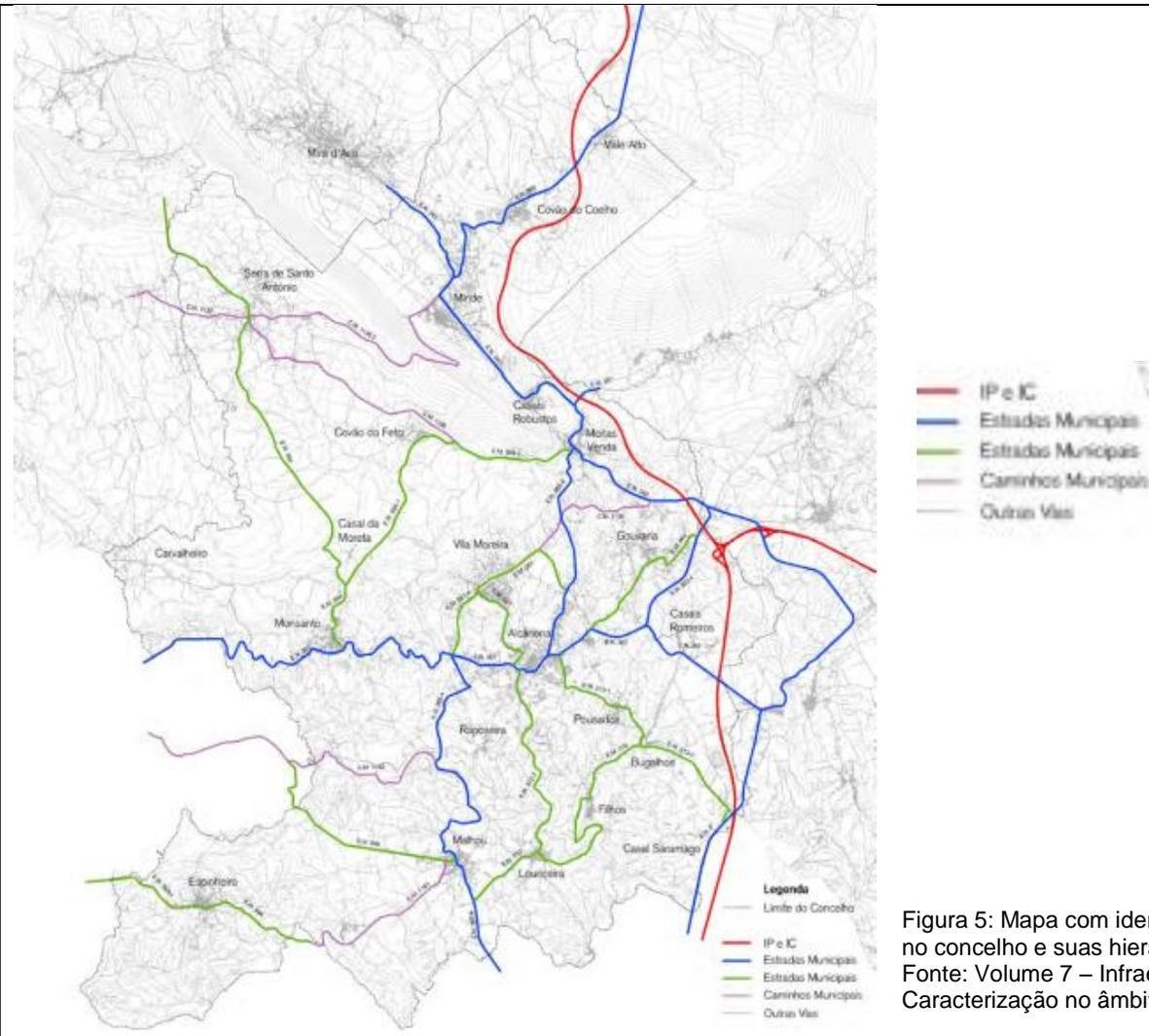


Figura 5: Mapa com identificação das vias existentes no concelho e suas hierarquias  
Fonte: Volume 7 – Infraestruturas dos Estudos de Caracterização no âmbito da Revisão do PDM



	<p>Durante a vigência do plano:</p> <p>Foram executadas cerca de 9 novas vias, no âmbito de estradas municipais, num total de 18.170 m, bem como 4 novos caminhos municipais, com cerca de 4.171 m, tendo sido dois caminhos municipais requalificados num total de 1.089m de extensão. Estradas municipais com obras de requalificação são 4 num total de 2.477m.</p> <p>No âmbito do plano rodoviário nacional, foi construída uma (1) nova estrada com cerca de 3.083m e beneficiado outro troço, num total de 2.107 m, tendo sido desclassificadas duas ligações (estradas de ligação à EN243/Moitas Venda à estrada ER361/Alcanena, ex-EN 365-4, e a estrada de ligação da rotunda do Peral/ Alcanena à rotunda da AUSTRAL, ex-ER 361), num total de 5.269,8m. Entretanto, existem outras duas ligações desclassificadas mas que sofreram obras de requalificação, num total de 11.940m.</p>
	<p><b>REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b></p>
	<p>O fornecimento de água, no concelho de Alcanena, provém de captações municipais, realizadas por entidade concessionária e por água adquirida a terceiros (EPAL, Empresa de Águas Livres, S.A).</p> <p>A água adquirida pela EPAL supre largamente as necessidades do concelho, contudo, desde 2008 que se verifica uma diminuição do volume de água adquirida face à utilização de água proveniente de novas captações. Desde 2010, que não existe volume de água adquirida à EPAL para o Sistema do Alviela sendo os pontos de abastecimento atuais, a norte do concelho, em Covão do Coelho, Minde e Vale Alto.</p> <p>No que diz respeito aos níveis de cobertura face à população residente e face à geografia do concelho, de acordo com a informação fornecida pela entidade concessionária do serviço de abastecimento de água pública (<i>Luságua</i>), a taxa de cobertura é de 94%, para o ano de 2008 – Este valor aproxima-se do valor definido pelo Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR) de 95%, à data. Este valor torna-se ainda mais relevante por o concelho de Alcanena se caracterizar por zona cársica e a adução de água desde a captação até aos reservatórios ser complexa pois as captações encontram-se a cotas baixas sendo necessário fazer a elevação da água até aos aglomerados de cotas superiores.</p> <p>Quanto aos consumos: os mais relevantes são os domésticos, seguidos do consumo do setor dos serviços e outros. Os consumos</p>



industriais provêm de abastecimento por captações privadas.

De acordo com os Estudos de Caracterização realizados no âmbito da revisão do plano, o nível de infraestruturização do solo urbano e da categoria de solo rural correspondente ao *Espaço de Transição*, conforme PDM em vigor:

Para solo urbano foi considerado: *Espaço Urbano, Espaço Urbanizável e Espaços Industriais* (existente e proposto).

Para solo rural, foi considerado o *Espaço de Transição*, como classe de solo rural destinada à edificação, e o *Espaço Agrícola, Espaço Florestal e Espaço Natural e Cultural*.

Assim, não se verifica qualquer carência quanto ao abastecimento de água nos aglomerados urbanos existentes: em comparação com as áreas servidas pela rede de distribuição de água e o solo urbano definido no atual plano, verifica-se que existe um nível médio de infraestruturização e o mesmo se reporta para as zonas de aglomerados com delimitação de *Espaço de Transição*.

Numa aproximação a cada um dos aglomerados, observa-se, de acordo com a fonte acima identificada:

Praticamente, a totalidade do território, em solo urbano, nas povoações de Malhou, Louriceira, Monsanto, Moitas Venda e Espinheiro, encontra-se coberto por rede de abastecimento de água (98%, 66%, 95%, 85% e 93%, respetivamente). Já nas áreas circundantes de *Espaço de Transição*, o nível de infraestruturização é variável, sendo de 23%, 9%, 30%, 53% e 10%, respetivamente no que concerne às povoações acima identificadas.

Na povoação de Carvalheiro, a quase totalidade do *Espaço de Transição* encontra-se infraestruturada, em cerca de 86%.

Quanto às povoações da Serra de Santo António, Casais da Moreta, Covão do Feto, Raposeira, Filhós e Vale Alto, todas têm cerca de metade da área correspondente a *Espaço de Transição* servida por rede de abastecimento de água (49%, 57%, 63%, 58%, 68% e 54%, respetivamente), com destaque para a infraestruturização existente em outro solo rural entre 12 a 23%, para Casais da Moreta e Filhó, respetivamente. Na povoação de Casal Saramago, o nível de infraestruturização é moderado, com cerca de 47% em *Espaço de Transição*, conforme delimitado no plano municipal em vigor (PDM).

Quanto às povoações de Gouxaria, Chã de Cima, Bugalhos/Pousados, Covão do Coelho e Casais Robustos, estas têm um nível de infraestruturização moderado/baixo entre 30 a 45% das áreas consideradas, relativamente em *Espaço de Transição* e em solo urbano para Covão do Coelho e Casais Robustos.



Na povoação da Gouxaria e em Bugalhos/Pousados, o solo urbano delimitado apresenta níveis de abastecimento da rede pública de água praticamente nulos, sendo que no solo delimitado como *Espaço de Transição*, a rede existente água ronda apenas os 4% e os 14%, respetivamente.

Em relação à povoação de Alcanena e face à sua área de solo urbano, a povoação tem um nível baixo de infraestruturção, cerca de 35%, contudo, verifica-se que, a maioria das áreas edificadas encontra-se abastecida por rede de água.

Assim, não são dados finais por não existir quantificação para Minde contudo, cerca de 33% do solo urbano (que representa cerca de 950 ha do concelho), e de 37% do *Espaço de Transição* (725 ha), conforme definidos no plano em vigor, encontram-se servidos por redes de distribuição de água.

A estas áreas acresce cerca de 66 ha de solo rural também munidas com a infraestrutura.

#### REDE DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE EFLUENTES

O concelho de Alcanena, no que concerne ao sistema de recolha, drenagem e tratamento de efluentes domésticos e industriais, encontra-se organizado em dois sistemas de grande dimensões associados às estações de tratamento de águas residuais (ETAR) de Alcanena e Minde/Mira de Aire, complementadas por três sistemas de reduzida dimensão localizadas nos aglomerados de Espinheiro, Chã de Cima e Covão do Feto.

Os aglomerados de Casal Saramago, Carvalheiro, Covão do Coelho, Vale Alto e Moita não dispõem de redes de saneamento.

De acordo com dados do Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, ERSAR e Instituto da Água, I.P. e Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, INAG/MAMAOT, referentes ao ano de 2011, 94 % da população é servida por sistemas de drenagem de águas residuais, sendo que 100% da população localizada sobre a área de influência de ETAR tem assegurado o tratamento por esse sistema, valores superiores à média nacional (78% e 74%, respetivamente).

Assim, a maioria dos aglomerados urbanos dispõem de sistemas de drenagem e tratamento de efluentes e praticamente a totalidade dos efluentes drenados são tratados em ETAR, com exceção do aglomerado de Chã de Cima, cujos efluentes têm tratamento em fossa coletiva.



## Câmara Municipal de Alcanena

O Sistema de Alcanena, que data da década de 70, sob a jurisdição da antiga Direção Geral do Recursos Naturais, está hoje a cargo da gestora AUSTRAL – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento Águas Residuais de Alcanena. À data, tinha como objetivo a drenagem e tratamento das águas residuais da indústria de curtumes, que abrangia cerca de 85% desse sector no país.

O sistema tem como princípio a aplicação do poluidor-pagador.

Importa destacar o seu histórico, de modo a permitir uma avaliação da situação atual no concelho:

Na década dos anos 40, iniciou-se a construção de alguns coletores no concelho

De 1970 a 1988, foram executados os coletores de Monsanto, Vila Moreira e Gouxaria/Moitas Venda, (coletores mistos, ainda existentes atualmente, com 30km de extensão), bem como três estações de tratamento primárias (ETP) e a ETAR de Alcanena.

Ainda nesta data, foram construídas as redes de saneamento de Alcanena, Vila Moreira, Monsanto, Gouxaria/Moitas Venda e Casais Robustos.

Em 1994, iniciam-se as reparações e ampliações da rede de coletores, com a execução dos coletores a Oeste e Este, com ligação ao coletor de Monsanto e ao coletor de Gouxaria. Foram ainda reconstruídas cerca de 200 caixas de visita, devido ao mau estado de conservação.

Entretanto e sob iniciativa dos industriais dos curtumes, foi criada, em 1988, uma unidade complementar ao sistema - o SIRECRO – Sistema de Recuperação do Crómio, (antigo Alvicró) que consiste na remoção do crómio das águas residuais que é depois reutilizado (cerca de 500t de crómio/ano).

A partir do ano de 1994, foi ampliada a área com cobertura de redes de águas residuais doméstica, com a execução do emissário de Malhou/Louriceira, suas redes e estação elevatória, bem como os emissários das redes de Bugalhos, Pousados, Filhós e Casais Romeiros e suas estações elevatórias – esta remodelação permitiu a recolha e drenagem de águas residuais em toda a região, numa área de 114 km<sup>2</sup>).

Ainda na década de 90, as ETP são desativadas face à sua degradação (incapazes de fazer a remoção das matérias sedimentáveis, que originam a libertação de odores).

É introduzido o tratamento terciário na ETAR de Alcanena, efetuada a remodelação do seu sistema de pós-tratamento de lamas, recuperados os tanques de arejamento existentes e reabilitados/ampliados os aterros destinados à deposição de lamas.

Entretanto, em 1998, inicia-se a construção do intercetor separativo de Alcanena - anteriormente, os coletores executados eram mistos (domésticos e pluviais).

Contudo, à data de hoje, somente existe rede separativa para águas pluviais na povoação de Alcanena - o que interfere com a



eficiência do tratamento por se detetarem infiltrações de água nas tubagens, devido ao mau estado de conservação das mesmas (corrosão provocada pela alteração das características químicas dos efluentes).

A este aumento do volume de efluente sucedem-se constantes descargas diretas para as linhas de água.

Os próprios equipamentos da ETAR, nomeadamente os seus tanques, localizam-se em leito de cheia (implantados a uma cota altimétrica insuficiente).

Acresce a esta situação a deteção de descargas irregulares para o sistema de drenagem e a transgressão aos medidores de caudal de cada unidade industrial.

Aos dias de hoje, está em curso o projeto referente à reestruturação geral do sistema de Alcanena, que visa:

1. A introdução de coletores separativos (industriais, domésticos e pluviais), incluindo a implementação de redes de recolha separativas de águas residuais, presentemente em remodelação;
2. A reabilitação da ETAR, com a construção da unidade de tratamento de raspas verdes, a reabilitação da célula de lamas não estabilizadas (em curso, à data) e a proteção contra cheias (projeto já executado);



**Câmara Municipal de Alcanena**

Segue-se o seguinte quadro, para confronto entre 2001 e 2011:

Rede	População com rede face à população Censos 2001 (%)	População com rede face à população Censos 2011 (%)
Alcanena	98	98
Gouxaria	96	97
Raposeira	99	100
Moitas Venda	100	100
Casais Robustos	100	100
Vila Moreira	99	98
Monsanto	99	99
Casais da Moreta	0	100
Serra Santo António	0	100
Bugalhos	90	95
Pousados	91	96
Casal Saramago	0	0
C. Romeiros	97	98
Filhós	98	99
Louriceira	79	98
Malhou	96	99
Espinheiro	96	97
Carvalheiro	0	0
Chã de Cima	97	97
Moita	0	0
Minde	?	78
Covão do Coelho	0	0
Vale Alto	0	0
Covão do Feto	0	100

Tabela 3: Valores para a população com rede de águas residuais  
Fonte: Câmara Municipal de Alcanena, 2014



Mediante a população aferida nos Censos 2001, à data, 60% da população das freguesias acima identificadas era servida por redes de drenagem de águas residuais. As redes instaladas garantiam cobertura geográfica aos aglomerados populacionais, à exceção de Serra de Santo António, Casais da Moreta, Casal Saramago, Carvalheiro, Moita, Covão do Coelho e Vale Alto.

Nos Censos 2011, a situação altera-se, com as povoações de Serra de Santo António e Casais da Moreta já servidas com as redes de drenagem das águas residuais, pelo que se regista um acréscimo de 14%, totalizando 75% da população aferida, atualmente.

(A rede de Serra de Santo António e a rede de Casais da Moreta foi concluída em 2007).

#### **Redes de drenagem de águas residuais industriais**

A maioria da drenagem de efluentes industriais diz respeito à indústria de curtumes, dado o elevado volume de efluentes produzidos e quantidade de matéria orgânica e produtos químicos presentes.

Os principais associados da Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento Águas Residuais de Alcanena - AUSTRAS são os industriais de curtumes, seguidos dos industriais de estabelecimentos de fabrico e comércio de produtos químicos.

O concelho de Alcanena possui 6 sistemas de recolha/tratamento de efluentes: o sistema de Alcanena, Minde, Espinheiro, Covão do Feto, Chã de Cima e Olhos de Água

O sistema de Alcanena está direcionado para a especificidade da indústria de curtumes com o objetivo de solucionar os graves problemas ambientais face ao não-tratamento dos efluentes produzidos. Este sistema trata também 85% dos efluentes domésticos do concelho.

O sistema de Minde é intermunicipal por integrar o município de Alcanena e de Porto de Mós, e está vocacionado para a indústria têxtil, procedendo à recolha e tratamento de resíduos e efluentes industriais e domésticos nas freguesias de Minde e Mira D'Aire. Em 2008, servia 78% da população da freguesia por redes de drenagem de águas residuais, face à população aferida no Censos de 2001.

Considerando a alteração do volume de efluentes industriais, com o encerramento dos principais estabelecimentos industriais, presentemente está apta a servir 4.300 habitantes, englobando assim a totalidade da população da freguesia.

O coletor de Vila Moreira é o principal condutor de efluentes: 25 mil m<sup>3</sup>/mês, correspondentes a 41% do total.

Ligadas a este coletor existem 20 unidades industriais localizando-se, nesta área, os estabelecimentos industriais mais produtores (4).

O coletor de Monsanto conduz cerca de 21 mil m<sup>3</sup> de efluentes/mês, correspondentes a 34% do total.



Ligadas a este coletor existem 16 unidades industriais, tendo a maioria (12) produção residual mas nas fases mais poluentes do processo de curtimenta.

O coletor de Gouxaria conduz 14 mil m<sup>3</sup> de efluentes/mês, correspondentes a 25% do total.

Ligadas a este coletor existem 25 unidades industriais, das quais 18 operam as fases mais poluentes e 11 apresentam produção residual – trata-se de uma organização industrial debilitada, com estabelecimentos industriais de reduzida dimensão produção.

A zona de Vila Moreira apresenta maior concentração de unidades industriais (14) e grande produção de efluente (26% do total), pelo que, essa zona, associada à zona de Alcanena e a duas unidades isoladas (em Alcanena e Monsanto), representam cerca de 72% do total do volume de efluentes da indústria de curtumes no Concelho de Alcanena.

Nestas áreas localizam-se empresas que obtiveram classificação no ranking das principais empresas do Médio Tejo, no ano de 2008.

Sistema de Covão do Feto: Rede de drenagem de águas residuais domésticas, com todos os efluentes tratados na ETAR, onde 100% da população do aglomerado é servida por essa rede. Toda a área edificada se encontra servida pela rede instalada.

O horizonte do projeto da ETAR é até ao ano de 2037, com dimensionamento para tratar efluentes a 200 habitantes, não sendo isso relevante face à diminuição da população, conforme dados dos Censos de 2011, mas antes, face à sua localização, situada em meio natural a preservar referente ao maciço cársico, tornou-se imperativo a cobertura total da população residente para salvaguarda do subsolo e seus recursos hídricos.

Sistema de Espinheiro: Rede de drenagem de águas residuais domésticas, com todos os efluentes a serem tratados na ETAR, onde, em 2008, 100% da população do aglomerado era servida pela respetiva redes de drenagem.

Praticamente, toda a área edificada encontra-se servida pela rede instalada, existindo uma área de edificações isoladas, a Sul, que não estão servidas, recorrendo à utilização de fossas privadas.

Esta ETAR foi dimensionada para tratar efluentes correspondentes a 1.000 habitantes sendo o número atual da população da freguesia inferior ao considerado para dimensionamento (553 habitantes, de acordo com os Censos de 2011).

Sistema de Chã de Cima: A rede de drenagem de águas residuais domésticas e totalmente gravítica, sendo todos os efluentes conduzidos à fossa coletiva.

A totalidade da área edificada encontra-se servida pela rede instalada.

O tratamento é primário e a rejeição é feita na linha de água existente, localizada a Sudeste.

Sistema de Olhos de Água, Alviela: Trata-se de uma Fito-ETAR, onde o tratamento dos esgotos residuais é realizado, em parte, com recurso a vegetação e microrganismos. Tem uma capacidade de tratamento equivalente a 400 habitantes.



Áreas servidas por redes de drenagem de águas residuais e comparação com classes de solo do PDMA em vigor, de acordo com os Estudos de Caracterização, no âmbito do procedimento de revisão do plano:

De modo a sintetizar a análise, a mesma irá incidir sobre as áreas de cobertura pelas redes de drenagem de águas residuais domésticas e industriais, por estas serem componentes do sistema geral.

Assim, as áreas edificadas, na generalidade, encontram-se cobertas pela rede existente. No entanto, existem ainda carências desta infraestrutura nas seguintes povoações:

- Nos aglomerados de Covão do Coelho, Vale Alto, Casal Saramago e Carvalheiro;
- Em áreas de expansão ao longo das vias de comunicação que estabelecem ligação entre localidades: Monsanto – Alcanena, Vila Moreira – Moitas Venda/Gouxaria, Malhou – Louriceira, Moitas Venda – Serra de Santo António, Casais Romeiros – Parceiros de S. João;
- Em áreas de edificação dispersa em matriz agrícola
- Na área do entreposto logístico, localizado no Marrujo, freguesia de Bugalhos;
- Em áreas limítrofe de ocupação dispersa, na generalidade dos aglomerados;
- Na encosta, a Nascente da povoação de Minde, com edificação dispersa e de baixa densidade.

Ao comparar as áreas servidas por redes de drenagem de águas residuais (domésticas, industriais e pluviais) com as classes de solo do PDMA em vigor, conclui-se que existe um moderado nível de infraestruturação do solo urbano.

Cumulativamente, verifica-se uma boa infraestruturação das áreas edificadas em *Espaço de Transição*, que embora corresponda a solo rural, tem características marcadamente urbanas.

Em análise a cada um dos aglomerados:

Nas povoações de Malhou, Monsanto e Espinheiro, praticamente a totalidade do solo urbano encontra-se coberto por redes de drenagem de águas residuais, e onde 59%, 47% e 48%, respetivamente, do espaço de transição também se encontra infraestruturado.

As povoações da Serra de Santo António, Filhós, Raposeira e Covão do Feto, embora não tenham delimitado solo urbano, têm entre 60 e 70% do solo de transição infraestruturado.



A povoação de Moitas Venda, no que concerne à rede de saneamento, apresenta 72% de infraestruturização em solo urbano e 40% de infraestruturização no solo rural classificado como *Espaço de Transição*.

Minde tem moderado nível de infraestruturização do solo urbano 64%, sendo o espaço de transição delimitado pouco infraestruturado.

Em Alcanena/Vila Moreira, Gouxaria, Louriceira, Olhos de Água e Casais Robustos existe cerca de 50% de infraestruturização da rede de saneamento em solo urbano e o espaço de transição (com a exceção de Casais Robustos), quando delimitado, encontra-se moderadamente infra-estruturado.

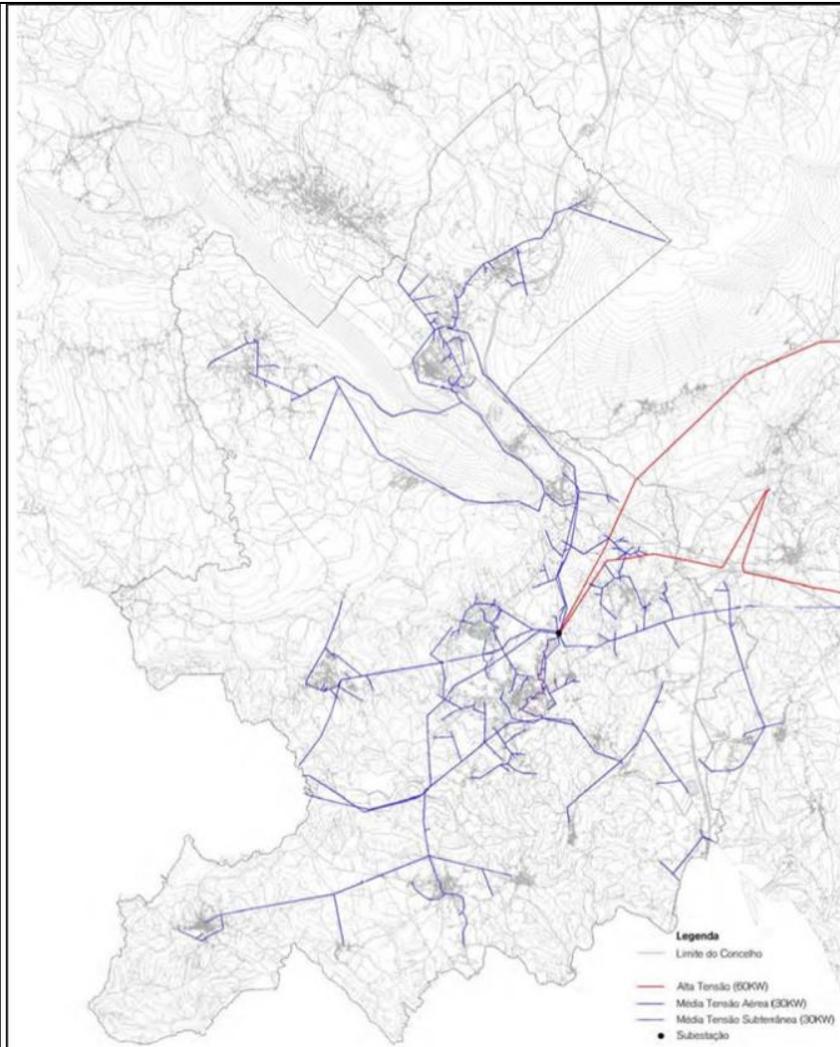
Em Casais da Moreta, Bugalhos/Pousados, Casais Romeiros e Chã de Cima existe cerca de 40% do *Espaço de Transição* servidos por redes de saneamento.

Covão do Coelho, Vale Alto, Casal Saramago e Carvalheiro não são servidos por redes de saneamento.

Em suma, e de acordo com o Volume 7 – Infraestruturas dos Estudos de Caracterização, no âmbito da revisão do PDMA:

Existe 51% de solo delimitado como urbano (484 hectares), e 48% do *Espaço de Transição* (347 hectares), tal como definidos pelo PDMA em vigor, encontram-se servidos por redes de saneamento.

Existem ainda cerca de 77 hectares de solo rural (solos agrícolas, florestais ou naturais, considerados não aptos para a construção), infraestruturados com rede de saneamento e com o devido tratamento dos efluentes.



#### Rede elétrica

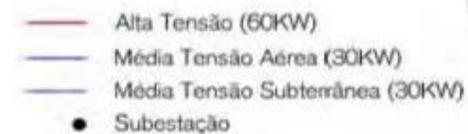
O concelho atualmente, é abastecido por 2 linhas de alta tensão de 60Kv a partir do concelho de Torres Novas e atravessam área a Norte do aglomerado de Gouxaria até à subestação de Alcanena.

A rede de distribuição de média tensão é realizada a partir da subestação da Alcanena à tensão de 30Kv e toda a população é servida por rede de distribuição com essa tensão, tendo sido eliminados os troços à tensão de 15Kv. A distribuição é maioritariamente aérea, com ligação em anel, tendo sido também extintas as ligações radiais

O nível de infraestruturização territorial é elevado a partir da análise do existente – à data do plano, o distribuidor da rede não previa condicionalismos por a infraestruturização no concelho ter características que permitiram ajustamentos a novos crescimentos industriais (ou mesmo populacionais) visto as zonas de expansão se localizarem na orla dos centros de consumo, onde se encontra a maior disponibilidade energética.

Figura 6: Rede elétrica do concelho

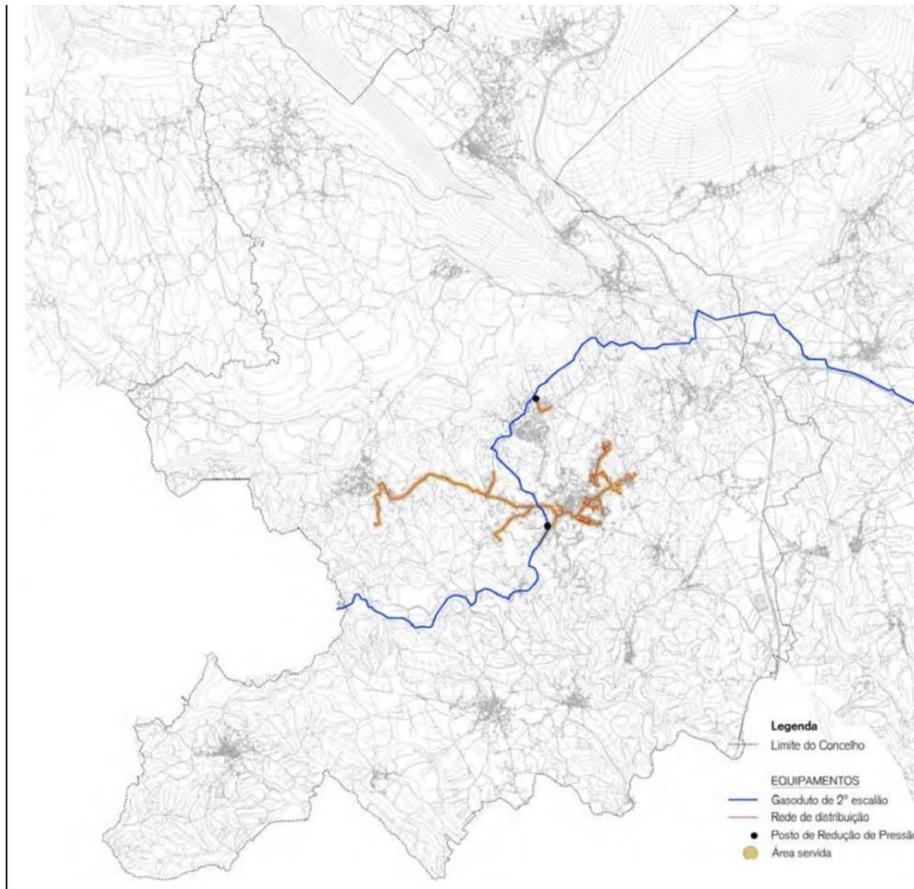
Fonte: Volume 7 – Infraestruturas dos Estudos de Caracterização, no âmbito da revisão do PDMA





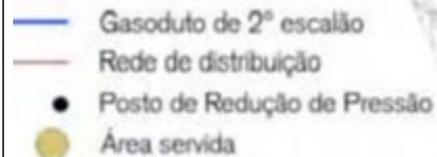
### Rede de gás

O concelho é atravessado por um gasoduto de média pressão (Gás Natural PO10T), com origem na estação de transferência da Asseiceira, concelho de Tomar.



A distribuição é feita pela Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. abrangendo parte da vila de Alcanena, a zona industrial de Vila Moreira e as áreas com localização dispersa de unidades industriais no eixo Alcanena – Monsanto.

Figura 7: Rede de gás do concelho  
Fonte: Volume 7 – Infraestruturas dos Estudos de Caracterização, no âmbito da revisão do PDMA





---

Rede de Telecomunicações

A totalidade da área do concelho é abrangida por telecomunicações fixas e móveis. No entanto, esta não é uniforme sentindo-se grandes dificuldades de acesso em algumas localidades, como é exemplo Espinheiro.

A cobertura de infraestrutura em fibra ótica revela-se insuficiente sendo desejável a sua implantação entre Alcanena e o nó rodoviário da Videla bem como garantir a cobertura das futuras zonas logísticas e industriais no sentido e ser um fator de competitividade empresarial e de minimizar intervenções posteriores.

---



SISTEMA DE RECOLHA INDEFERENCIADA, SELETIVA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Atualmente, em todo o concelho de Alcanena é feita a recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados e a recolha seletiva. Os resíduos sólidos urbanos indiferenciados e o vidro são recolhidos pela operadora *Luságua*, desde 1997 enquanto os resíduos de recolha seletiva são recolhidos pela operadora *Resitejo*, desde 1999.

Os resíduos indiferenciados são conduzidos ao centro de transferência e ecocentro, pertencente ao sistema de Alcanena, localizado na proximidade da ETAR de Alcanena, na freguesia de Bugalhos.

Os resíduos seletivos (incluindo *monstros*), são transportados para o aterro sanitário e estação de triagem da Chamusca, pertencentes ao sistema da operadora *Resitejo*.

O aterro sanitário é uma infraestrutura de deposição final de resíduos de forma controlada com área totalmente vedada, impermeabilização dos taludes e fundo, sistemas de drenagem, recolha, tratamento e rejeição das águas lixiviantes (cumprido as normas de descarga legais) e sistemas de drenagem, recolha e tratamento do biogás. Quando a sua capacidade máxima é alcançada, procede-se à selagem do local.

Na estação de triagem é feito o desmantelamento, seleção por tipo de resíduo e posteriormente, o envio para reciclagem.

De acordo com o quadro abaixo e de acordo com os valores disponíveis pelo INE (de 2002 a 2012), Alcanena, em dez anos, potenciou a recolha seletiva em cerca de 158%:

Alcanena	Resíduos Urbanos produzidos (por Tonelada)		
	Recolha Indiferenciada	Recolha Seletiva	Total
2002	5.110	313	5423
2012	5.040	496	5536

Tabela 4: Resíduos urbanos produzidos

Fonte: Volume 7 – Infraestruturas dos Estudos de Caracterização, no âmbito da revisão do PDMA



Em análise aos valores disponibilizados pelo INE, para o ano 2012, no concelho de Alcanena foram recolhidos cerca de 51 kg por habitante, superando a média estabelecida para a região do Médio Tejo:

Resíduos recolhidos por habitante (Kg/hab/ano), referentes ao ano de 2012

	Alcanena	Médio Tejo	Portugal
Recolha Seletiva	51,3	48,4	63,8
Recolha Indiferenciada	410	410,2	452,5

Tabela 5: Resíduos recolhidos por habitante (Kg/hab/ano), referentes ao ano de 2012  
Fonte: Volume 7 – Infraestruturas dos Estudos de Caracterização, no âmbito da revisão do PDMA

## EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

Em 2011, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a população residente do concelho de Alcanena era de 13.868 habitantes – 6.686 homens e 7.182 mulheres: trata-se de uma variação negativa de 5% face ao indicador de 2001, que totalizava 14.600 habitantes.

De 1991 para 2001, assistiu-se a tendências demográficas bastante diferenciadas entre as diversas freguesias do concelho, sendo que os dados de 2011 apontam para uma tendência demográfica generalizada.

O concelho perde população nas faixas etárias infante-juvenis face à diminuição do número de nascimentos e, conseqüentemente mas aumenta nas faixas etárias de maior idade.

Em termos de faixas etárias, a população nas faixas infante-juvenis e em idade ativa apresenta diminuição sendo que se observa o aumento demográfico de população com mais idade.

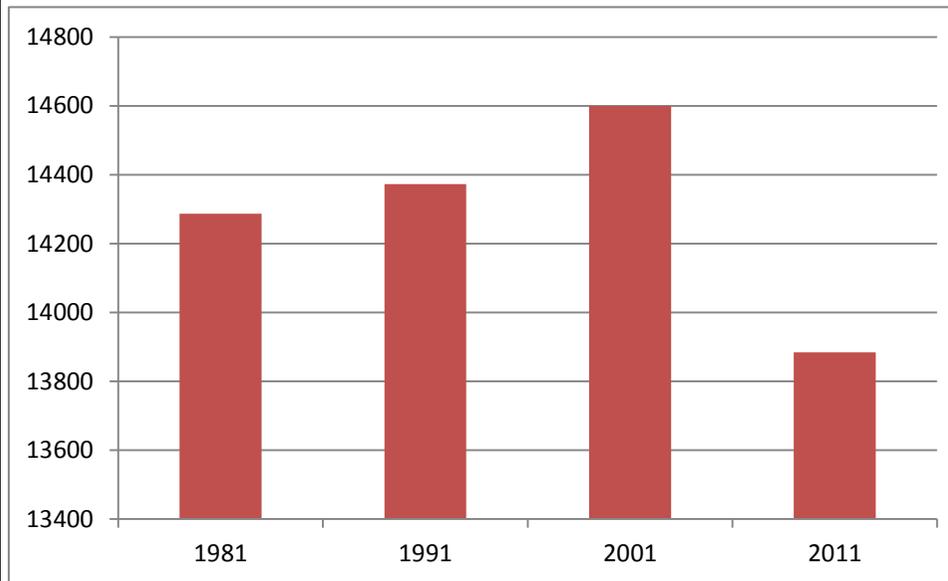
Esta perda demográfica já se regista gradualmente, desde a década de 60 e a década de 70, devido essencialmente, à migração



populacional para a Área Metropolitana de Lisboa ou para os pólos urbanos limítrofes (Alcanena XXI – Orientações Estratégicas e Plano Operacional, Julho de 2007).

A migração entre concelhos e freguesias também deve ser considerada (população de povoações de “baixa densidade demográfica” que se transfere para povoações de “densidade demográfica em ascensão”).

Assim, apesar do desenvolvimento demográfico, iniciado a partir de 1981 ser uma tendência, ele não pode ser entendido no sentido de um dinamismo demográfico crescente – mas sim como o resultado de diversas tendências geográficas distintas, aferidas em termos de freguesias.



População (1981) 14.287 habitantes  
População (1991) 14.373 habitantes  
População (2001) 14.600 habitantes  
População (2011) 13.868 habitantes

Tabela 6: População Residente de 1981 a 2011  
Fonte: INE



Quanto à evolução da população do concelho de Alcanena, os resultados indicam que o concelho perde população de 2001 para 2011, correspondendo a 732 habitantes.

A mesma incidência regista-se para as freguesias de Espinheiro (-15,2%) e Moitas Venda (-13,8%).

Tabela 7: População do concelho e das freguesias entre 1991, 2001 e 2011

Unidade	1991	2001	2011
Alcanena	4146	4339	4131
Bugalhos	985	1172	1084
Espinheiro	688	652	553
Louriceira	627	611	583
Malhou	801	840	773
Minde	3275	3311	3293
Moitas Venda	1027	1005	866
Monsanto	1023	931	886
Serra de Santo António	706	726	725
Vila Moreira	1095	1013	977
Concelho	14.373	14.600	13.868

Fonte: INE/ Relatório do PDMA, dezembro 1991

	1991	2001	2011
Densidade (hab./km <sup>2</sup> )	112,9	114,7	108,9

Tabela 8: Densidade demográfica para o concelho

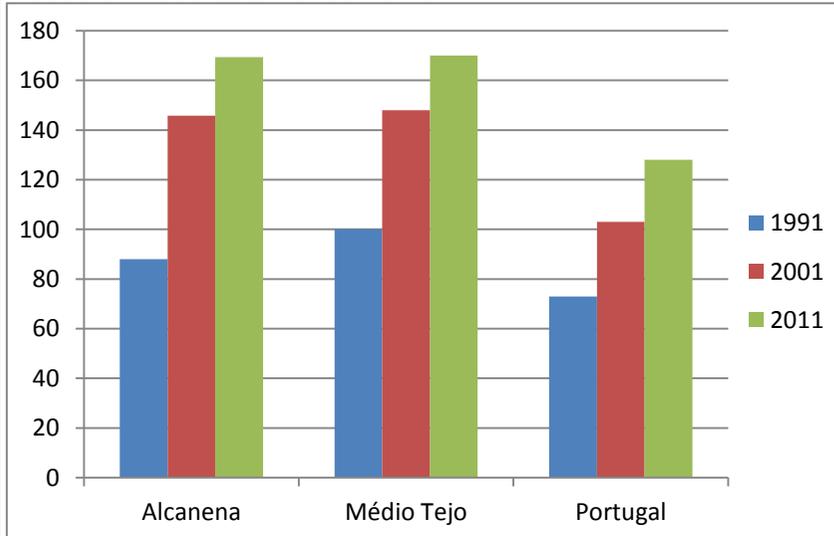
Fonte: INE

Nas restantes freguesias, essa diminuição é menor, embora não deixe de ser negativa, embora no caso de Serra de Santo António essa diminuição ser praticamente residual.

Relativamente à densidade, as freguesias com maior número de habitantes por km<sup>2</sup> são as de Alcanena, Vila Moreira, Minde e Moitas Venda, neste último caso, devido à sua menor superfície territorial.



Tabela 9: Índice de envelhecimento



Índice Envelhecimento	1991	2001	2011
Alcanena	88	145,8	169,3
Médio Tejo	100,1	148	170,5
Portugal	73,2	103,6	128,6

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, (Resultados Definitivos).

O índice de envelhecimento é um instrumento de análise demográfica uma vez que traduz o número de idosos (indivíduos com mais de 65 anos) por cada cem jovens (com menos de 15 anos).

Podemos verificar que a população de Alcanena, assim como a região em que se insere, apresenta um índice de envelhecimento elevado onde se contabilizam cerca de 169 idosos por cada 100 jovens, existindo um valor elevado de dependência da população, principalmente devido à população mais idosa.



Tabela 10: População Residente por Grandes Grupos Etários, 1991

Idades	Alcanena	Médio Tejo
0 -14	19,0	17,8
15 - 24	14,1	14,7
25 - 64	50,1	49,7
65 ou mais	16,7	17,8

Fonte: INE, XIII, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 (Resultados Definitivos).

Tabela 11: População Residente por Grandes Grupos Etários, 2001

Idades	Alcanena	Médio Tejo
0 -14	14,4	14,6
15 - 24	14,0	13,1
25 - 64	51,3	51,4
65 ou mais	20,4	20,9

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos).

Pelas tabelas acima apresentadas, constata-se que a população do 65 ou mais anos aumentou cerca de 22% e 17% para o concelho, bem como para a região, respetivamente, de 1991 para 2001.



Tabela 12: População Residente por Grandes Grupos Etários, 2011

Idades	Alcanena	Médio Tejo
0 -14	13,4	9,28
15 - 24	9,7	6,85
25 - 64	53	34,41
65 ou mais	23	16,16

Fonte: INE, XV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011 (Resultados Definitivos).

De acordo com os valores reportados ao ano de 2011, a população em Alcanena, com 65 ou mais anos continua a aumentar, em relação às restantes faixas etárias, cerca de 12%, sendo que para a região, em 10 anos, essa população diminui cerca de 23%, em relação a 2001.

#### EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA

Aos equipamentos coletivos associamos as dinâmicas efetivas da população, por se tratarem de edificações destinadas a atividades que prestam serviços de interesse público, indispensáveis à qualidade de vida da mesma.

Daí que o seu planeamento territorial vise incrementar a criação de centralidades, potenciando a vivência das populações e a qualificação dos espaços públicos inerentes aos equipamentos.

A caracterização dos equipamentos de utilização coletiva permite identificar a adequabilidade das suas localizações e a quantidade desejável face às dinâmicas de crescimento e distribuição da população.



A rede de equipamentos associa-se diretamente com a evolução demográfica - por o concelho apresentar uma acentuada perda de população na última década e por se caracterizar por uma estrutura populacional envelhecida, aumenta a procura por equipamentos de apoio à terceira idade, de saúde e de ocupação de tempos livres.

A população ativa encontra-se estabilizada pelo que os equipamentos desportivos, culturais e lúdicos existentes dão resposta à procura – estes equipamentos em concreto, surgiram de medidas previstas durante a vigência do PDMA.

### Educação

Entre 1991-94, existiam em funcionamento cerca de 19 escolas primárias (atual Ensino Básico de nível 1, EB1) nas seguintes povoações: Alcanena, Gouxaria, Raposeira, Vila Moreira, Bugalhos, Casais Robustos, Casais Romeiros, Covão Coelho, Covão do Feto, Espinheiro, Filhós, Louriceira, Malhou, Moitas Venda, Monsanto, Serra de santo António, Vale Alto, sendo que dois estabelecimentos localizavam-se/localizam-se em Minde.

Entretanto, encerraram 4 estabelecimentos e atualmente, após o encerramento de mais 11 estabelecimentos existem apenas 4 EB1, nas povoações de Minde, Vila Moreira, Alcanena e Malhou.

Em 2001,

O estabelecimento de ensino preparatório localiza-se, ainda hoje, na povoação de Alcanena, mas sob outra terminologia (EB 2,3) e com uma diminuição de alunos, conforme quadro abaixo, tal como o estabelecimento do ensino secundário:

Tipo de estabelecimento	1991	2001
Escola Primária / Ensino Básico1	896	520
Ensino Preparatório/ Ensino Básico 2/3	477	790
Ensino Secundário	885	643

Tabela 13: N.º de Alunos em estabelecimentos de educação entre 1991-2001  
Fonte: PORDATA e Relatório do PDMA, Dezembro de 1991



Tipo de estabelecimento	2009	2012
Ensino Básico 1	533	526
Ensino Básico 2/3	724	728
Ensino Secundário	424	355

Tabela 14: N.º de Alunos em estabelecimentos de educação no concelho entre 2009-2012

Fonte: PORDATA

Em todas as freguesias existem um EB1 mas entretanto, as EB1 da Raposeira e Covão do Feto foram desativadas. A manutenção de algumas escolas poderá estar em causa face ao decréscimo da população em idade escolar.

No concelho de Alcanena existem 2 EB 2,3 localizadas em Alcanena e em Minde, com um total de 33 salas e capacidade para 825 alunos.

A Escola Secundária também tem salas afetas ao 3º ciclo, com um total de 35 salas e capacidade para 825 alunos.

Pré-escolar (Jardins de Infância)

À data, do PDMA, existiam 10 valências de Jardins de Infância em todas as freguesias do concelho, à exceção de Vila Moreira.

Em Minde e Alcanena existiam e ainda existem duas instituições privadas com essa valência.

A taxa de cobertura, à data, ultrapassava o n.º de crianças, cerca de 150%, para todo o concelho.

Atualmente, no concelho, existem cerca de 15 equipamentos do ensino pré-escolar (Jardins de Infância), com capacidade para 550 crianças. Em todas as freguesias existe um equipamento de ensino pré-escolar da rede pública, contudo denota-se um decréscimo de alunos: no ano de 2009, no concelho, totalizavam-se 439 alunos, em 2012, os alunos foram 369 – decréscimo de 16% (70 alunos).



---

### **Ação Social**

Obs.: O plano, à data, incorporou os estabelecimentos afetos a Jardins-de-infância neste âmbito, ao contrário do instituído atualmente que inclui os estabelecimentos do pré-escolar no contexto dos equipamentos referentes à educação.

#### Creches

Presentemente, existem três creches, duas em Alcanena e uma em Minde, mas para a generalidade do concelho de Alcanena existe carência de sete creches, de acordo com a Carta Educativa, realizada em 2010.

Em 1994,

Existiam duas creches, para cerca de 82 crianças.

Centro de dia – 1 em Alcanena, para 14 utentes

Centro Infantil/ Convívio: 1, em Alcanena, para cerca de 20 utentes

(9) Apartamentos casais idosos (atual Centro ABC):1 , em Alcanena

Lar da 3.ª idade: 1 em Alcanena, para uma lotação de 64 idosos

A Residência para Idosos tem neste momento, 68 utentes, prestando ainda Apoio Domiciliário a 40 pessoas.

A creche (e Jardim de Infância) é frequentada, atualmente, por 93 crianças.

Atualmente, existem 3 creches, distribuídas por Minde e Alcanena, com capacidade total para 128 capacidade, sendo uma delas privada e em Alcanena – de acordo com os dados dos Censos de 2011, existem cerca de 563 crianças dos 0 aos 4 anos, pelo que a taxa de cobertura é de 22%.

Centro de dia e serviço de apoio domiciliário

Atualmente, para apoio à população idosa, existem 8 equipamentos, com capacidade total para 281 utentes, distribuídos por 55 utentes em centro de dia, 121 em serviço de apoio domiciliário e 105 em centros de convívio.

Nas freguesias de Moitas Venda, Serra de Santo de António e Monsanto, não existe qualquer das valências acima mencionadas.

De acordo com os dados dos Censos de 2011, a população a partir dos 75 anos é de 1700, pelo que a taxa de cobertura é cerca de 16,5%.

### **Saúde**

Quanto aos equipamentos referentes a saúde, existentes à data do PDMA, identifica-se o centro de saúde, localizado na vila de Alcanena e uma área de influência das extensões desse centro, em todas as freguesias, à exceção de Vila Moreira e Bugalhos, dada a proximidade com a sede do concelho. Na altura, pela entidade competente, o serviço das extensões foi considerado

---



satisfatório, tendo sido abordada a localização desadequada do centro de saúde em edifício de 3 andares, bem como da extensão do centro na freguesia de Monsanto, em edifício de antiga Casa do Povo, em mau estado de conservação.

No ano de 2000, foi construído um novo edifício de raiz para acolher o centro de saúde de Alcanena.

Em 2004, a freguesia de Monsanto foi dotada de novo edifício da extensão do centro de saúde (bem como de Junta de Freguesia).

Entretanto, desde 2011, que as extensões de Louriceira e Malhou estão encerradas por diretrizes do Ministério da Saúde (conforme estipulado também para outras localidades no País), existindo como equipamentos complementares de saúde à população as extensões de Espinheiro, Minde, Moitas Vendas, Monsanto e Serra de Santo António (5).

Em funcionamento, encontra-se o Hospital concelhio, uma instituição particular pertencente ao Centro de Bem Estar Social de Alcanena. Em 1994, existia um acordo com a administração regional para valências de internamento, com 24 camas, urgências, fisioterapia e radiologia.

Desde 2005, que o equipamento não tem convenção com o Serviço Nacional de Saúde mas presta cuidados na área de Otorrino, Cirurgia Geral, Pneumologia, Urologia, Cardiologia, Medicina Dentária, Psicologia. Possibilita ainda o internamento, com 14 camas.

### **Desporto**

Em 1994, a maioria das instalações desportivas existentes no concelho pertenciam a coletividades, dispondo a câmara Municipal, as juntas freguesias e as escolas de alguns equipamentos para uso público.

Há data, estavam em elaboração a construção de dois ringues nas freguesias de Malhou e da Serra de Santo António.

Existiam 9 campos de futebol (onde se incluía o estádio municipal, à data, sem relvado), 8 polidesportivos, 3 pavilhões desportivos, uma pista de atletismo, uma piscina coberta e outra ao ar livre, sendo que as carências identificadas, à data, se resumem aos três últimos equipamentos mas a localizar em Minde.

A maioria localiza-se em Alcanena, seguida de Minde.

Atualmente, existem no concelho cerca de 13 grandes campos de jogos, 17 pequenos campos de jogos/polidesportivos e 14 salas de desporto, distribuídos da seguinte maneira:

	Campos de jogos	Campos de jogos/polidesportivos	Salas de desporto
Alcanena	2	4 (3 escolares)	4 (2 são pavilhões)
Bugalhos	2	1	



Espinheiro	1	1	
Minde	2	2 (pertencentes a estabelecimentos escolares)	3 (1 é um pavilhão e 2 pertencentes a estabelecimentos escolares)
Casais Robustos	1		1
Covão do Coelho	1	2	
Monsanto	2	1	
Serra de Santo António	1		
Vila Moreira	1	1 (polidesportivo)	1 pavilhão
Malhou		2	1
Moitas Venda		1	
Covão do Feto		1	
Gouxaria			1 pavilhão
Filhós			1 pavilhão
Louriceira			1 pavilhão
Vale Alto			1 pavilhão

Tabela 15: Equipamentos desportivos por povoação

Fonte: Volume 6 – equipamentos coletivos dos Estudos de Caracterização no âmbito da revisão do PDMA.

O concelho ainda apresenta carências de 8 pequenos campos/polidesportivos, nomeadamente em Bugalhos e Louriceira.

No concelho, existem ainda 2 campos de ténis, 2 piscinas cobertas e uma ao ar livre, uma praia fluvial e um percurso pedestre delimitado.

### Cultura

Em 1994, à data da vigência do PDMA, existiam cerca de 35 coletividades com atividade regular na área da cultura e desporto, tendo sido identificadas as seguintes carências, em diagnóstico geral:

Biblioteca Municipal

Equipamentos dependentes do Instituto da Juventude, face Às dinâmicas associativas juvenis identificadas, à data.

Dado o encerramento do Cine-Teatro S.Pedro, proponha-se a reabilitação do mesmo visto estar em falta uma sala polivalente para espetáculos.

Já no que se refere a mercados e feiras, o concelho não se encontrava, à data, carenciado: foram identificados 3 mercados retalhistas municipais em Alcanena, Minde e Moitas Vendas, consideradas boas respostas às necessidades existentes (com



referência ainda para serem equipamentos cobertos e com bons acessos).

Atualmente, para efeitos de planeamento de equipamentos culturais são tidos em linha de conta os centros de convívios (promoção de interação social).

No total do concelho, nas áreas geográficas das 7 freguesias, existem cerca de 24 equipamentos culturais diversos, entre casas do povo, centros recreativos e salões paroquiais, com maior concentração na povoação de Alcanena e em Monsanto.

Equipamentos existentes	Biblioteca	Museu	Cinema	Auditórios	Centro Cultural	Escola de Arte	Centro Cultural
Alcanena	1	2	1	3	1		1
Minde				1	1	1	
Espinheiro		1					1

Tabela 16: Equipamentos culturais existentes no concelho

Fonte: Volume 6 – equipamentos coletivos dos Estudos de Caracterização no âmbito da revisão do PDMA

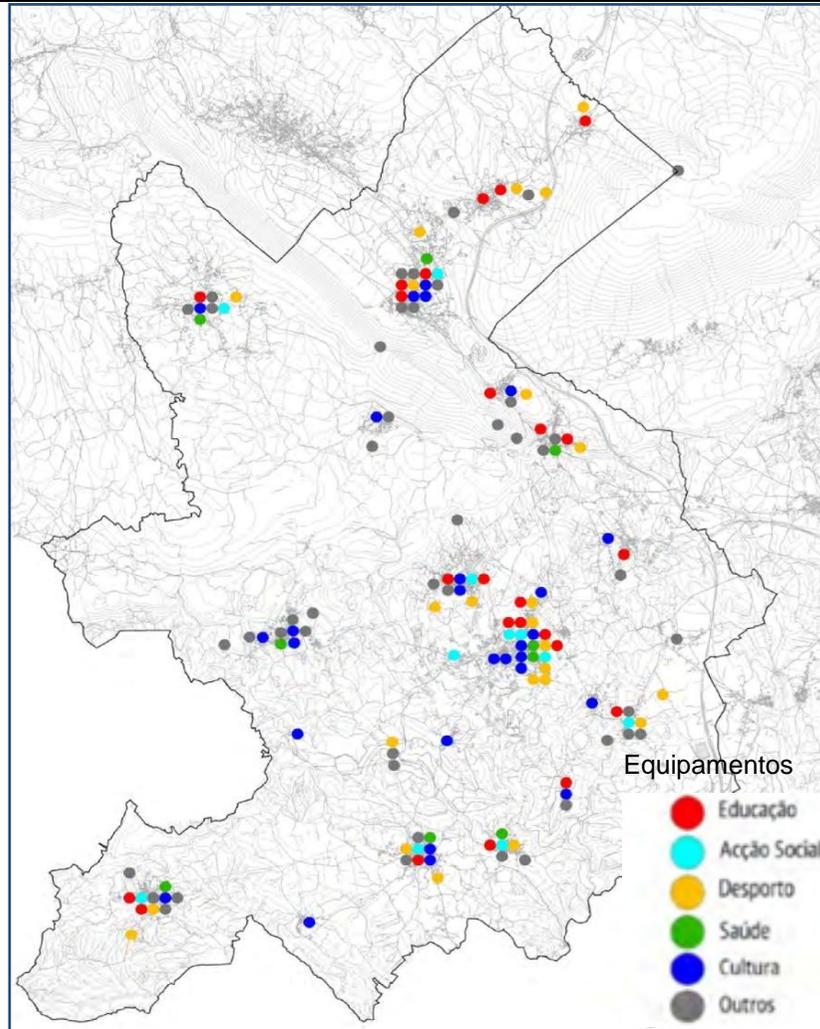


Figura 8:Localização dos equipamentos no concelho

Fonte: Volume 6 – equipamentos coletivos dos Estudos de Caracterização no âmbito da revisão do PDMA



	SISTEMA URBANO
DINÂMICA URBANA	<p>O que o plano de 1994 pretendia:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) Projetar áreas de fixação de novas unidades habitacionais, por núcleos e de acordo com a dinâmica demográfica e com a evolução do parque edificado existente e previsível para o horizonte do plano, permitindo assim programar melhor os investimentos na execução das infraestruturas urbanísticas</li></ol> <p>Com esse intuito, criou áreas de programação em Alcanena, na Carta de Ordenamento, à escala 1/10 000 e regulamentou os espaços urbanizáveis (presentes em Alcanena Norte, Vila Moreira, Minde, Covão Coelho) de modo a permitir a execução de planos de pormenor.</p> <ol style="list-style-type: none"><li>2) A articulação dos espaços urbanos existentes e projetados com as condições morfológicas e de coberto vegetal existente, como forma de racionalizar as infraestruturas urbanas e a salvaguarda dos valores paisagísticos existentes.</li></ol> <p>O concelho dispõe de uma rede urbana relativamente bem consolidada, polarizada por dois núcleos principais – a Vila de Alcanena, sede de Concelho e Minde, a norte – próximos dos quais se situam Vila Moreira e Covão do Coelho, respetivamente, e secundarizada por um sistema de aglomerados mais pequenos, que por razões históricas, geográficas e de gestão territorial são também caracterizados pela concentração do seu edificado.</p>



COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

LOTEAMENTOS URBANOS



Atualmente, no concelho existem cerca de 36 operações de loteamento vigentes, sendo que mais antiga data de 1975.

Na freguesia de Bugalhos tal como na freguesia de Moitas Venda existem 2 operações, sendo que a maior incidência é em Minde com 13 e em Alcanena, com 19 operações de loteamento, conforme distribuição mapeada.

Quanto a loteamento de índole municipal, existem 6, sendo 4 na povoação de Alcanena, 1 em Malhou e 1 em Minde.

Figura 9: Localização dos loteamentos urbanos existentes no concelho  
Fonte: SIG/CMA



PLANOS DE PORMENOR EFICAZES

Existem 2 plano de pormenor em vigor no concelho de Alcanena:

Plano de Pormenor das Saramagas

O PP das Saramagas, anterior à vigência do PDMA, localiza-se na povoação de Minde e rege-se pela Declaração de 05/11/91, publicada a 17/12/91, na 2.<sup>a</sup> Série, com área de intervenção de 32.178m<sup>2</sup> para duas zonas de habitação social, com 56 lotes para uma densidade populacional de 150 habitantes por hectare e com índice de ocupação de solo de 0,60.



Figura 10: Planta de implantação e quadro com parâmetros urbanísticos  
Fonte: CMA



### Plano de Pormenor de Moitas Venda

Surge por iniciativa da Câmara Municipal de Alcanena e abrange uma área de cerca de 25.550 m<sup>2</sup>, localizada a Nascente do aglomerado urbano de Moitas Venda e na proximidade imediata da área edificada.

A área de intervenção do Plano de Pormenor abrange o edifício da Junta de Freguesia, duas moradias existentes (em propriedade municipal), uma parcela integrada no *Espaço de Transição*, bem como uma área com cerca de 2.650 m<sup>2</sup> classificada como *Espaço Cultural e Natural*, abrangido por REN.

A elaboração deste Plano de Pormenor revelou-se necessária em função da aquisição da totalidade da área de intervenção pela C. M. Alcanena, o que viabilizou o desenvolvimento de uma área habitacional de características sociais.

Constitui objetivo deste Plano de Pormenor a expansão urbana do aglomerado de Moitas Venda, com a definição de uma estrutura de ocupação habitacional para a área, de características mistas (19 moradias unifamiliares e 24 fogos em edifícios de habitação plurifamiliar, totalizando 43 fogos), para além da implantação de equipamentos sociais e espaços verdes.

Publicado pela Retificação n.º 1147/2008, de 23 de maio.

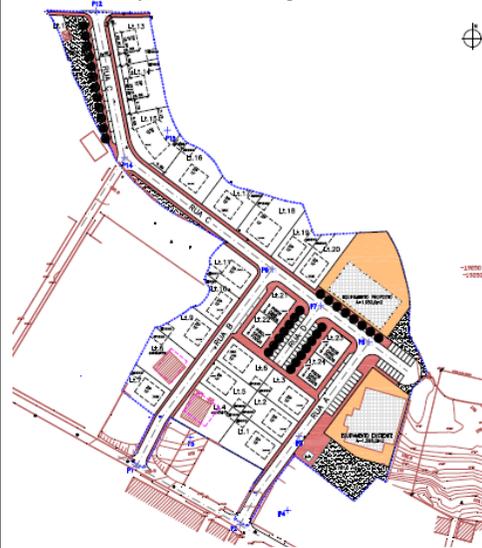


Figura 11: Planta de implantação do PP de Moitas Venda  
Fonte: CMA



EDIFÍCIOS EXISTENTES

ALOJAMENTOS

Construção residencial no concelho

	1981	1991	2001
Nº total de Alojamentos Existentes	5350	6410	7731

Tabela 17: N.º de alojamentos existentes entre 1981, 1991 e 2001  
Fonte: Relatório do PDMA, Dezembro de 1991 e INE

No ano de 1981 e no ano de 1991, os alojamentos tiveram maior incidência nas freguesias de Alcanena e Minde.

No ano 2000, a previsão segundo fórmula no relatório do PDMA, era de 7643 alojamentos, sendo que, de acordo com os dados dos Censos de 2001, os valores foram bastante aproximados, cerca de 7731 alojamentos existentes.

	2009	2010	2011	2012	2013
Nº total de Alojamentos Existentes	8078	8060	8074	8108	8115

Tabela 18: N.º de alojamentos existentes desde 2009 a 2013  
Fonte: PORDATA



LICENCIAMENTOS

	1995	2001
Construções novas	66	77
Ampliações/reconstruções/alterações	16	23

Tabela 19: N.º de licenças emitidas em 1995 e em 2001  
Fonte: PORDATA

O número de licenças de construção emitidas no concelho para o período de 2004 a 2009 foi de 357.

A freguesia de Alcanena representa 27,7% do total das licenças do concelho seguida da Minde (20,2%) e Bugalhos (10,1%).

As restantes freguesias representam no total cerca de 42% das licenças de construção emitidas neste período.

Verifica-se assim, que a dinâmica edificatória no concelho manteve-se até 2004, sofrendo uma quebra a partir do ano de 2009, mantendo a mesma até 2013, conforme demonstra o quadro abaixo, onde foram emitidas cerca de 191 licenças de construção.

	2009	2010	2011	2012	2013
Construções novas	21	37	21	23	10
Ampliações/reconstruções/alterações	27	11	10	11	20

Tabela 20: N.º de licenças emitidas de 2009 a 2013  
Fonte: PORDATA

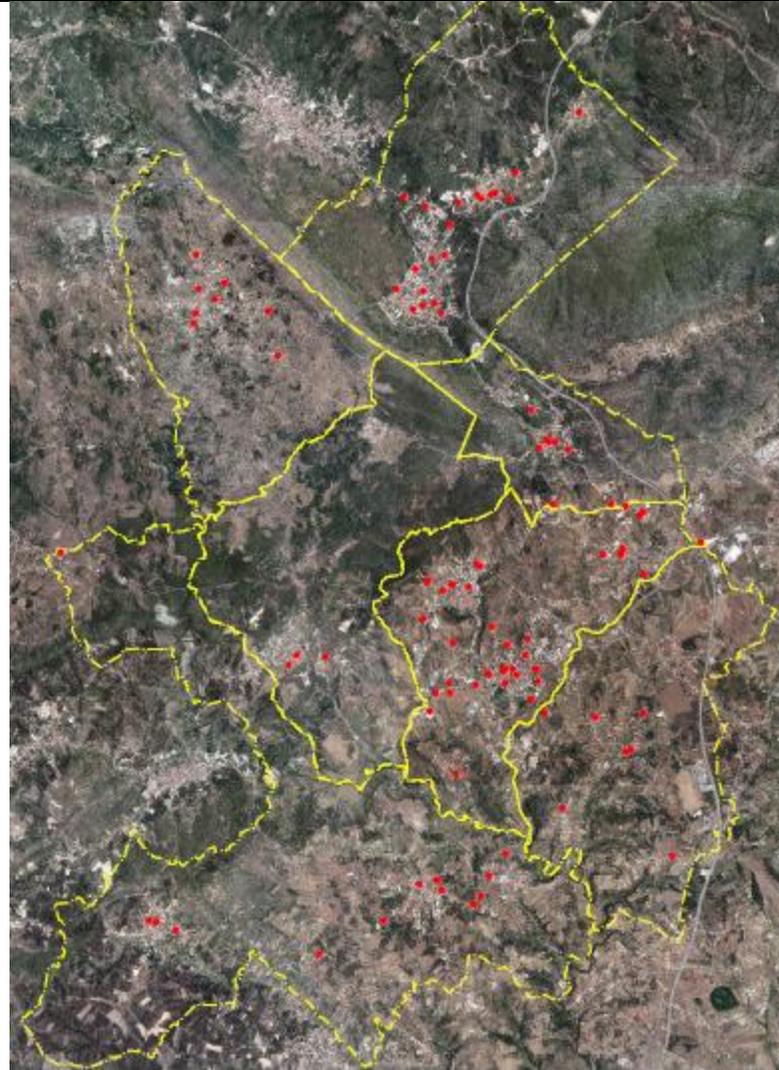


Figura 11:Localização dos compromissos urbanísticos de 2009 a 2013:

Continua a existir maior incidência para a zona de Alcanena e Minde  
Com particular destaque para as obras de recuperação na povoação da Serra de Santo António.

Fonte: SIG, CMA



DESENVOLVIMENTO  
ECONÓMICO

O desenvolvimento económico do concelho é influenciado consoante se trate de áreas em solo rural ou em solo urbano. A qualificação do solo urbano é determinante para o maior ou menor êxito das atividades económicas inerentes.

Em concreto, a promoção do desenvolvimento da indústria e da logística através da delimitação de áreas para acolhimento destas atividades está patente no PDMA bem como a definição de regras para a instalação de unidades, através do regulamento do plano.

Do ponto de vista do ordenamento do território verifica-se que existe uma forte dispersão das unidades industriais pela área central do Concelho

Tendo em conta que o modelo de desenvolvimento industrial do concelho, ao longo dos tempos, sempre foi tradicional e espontâneo, a criação de duas zonas industriais planeadas no município (Zona Industrial de Minde e Zona Industrial de Alcanena), conforme definido no PDMA em vigor, permitiria o reforço da atratividade local, atraindo novos investimentos, nomeadamente face à disponibilização de solo industrial infraestruturado.

Pretendia-se ainda potenciar processos de deslocalização interna de unidades industriais estabelecidas no concelho, através da criação de dois parques industriais: o de Alcanena, direcionado para a indústria de curtumes, e em Minde, direcionado para a indústria de têxteis.

Não só os procedimentos inerentes à criação dos dois parques se prolongaram no tempo (o de Alcanena não foi efetivado), como não ocorreram as deslocalizações desejadas de estabelecimentos industriais, inseridos em perímetro urbano.

Zona Industrial de Alcanena – Parque Empresarial de Alcanena

Processo encerrado: Teve desenho urbano definido mas com conflito a nível de restrição de utilidade pública (REN), tendo a CMA abdicado da estratégia de planeamento para aquela zona.

Loteamento Industrial de Minde

Com a sua execução terminada no ano de 2008, a nível de acessos rodoviários, pedonais e infraestruturção, o loteamento municipal da zona industrial de Minde, rege-se por parâmetros urbanos semelhantes ao articulado do PDMA em vigor, no que se refere aos *Espaços Industriais Propostos*, art.º 29.º do regulamento.

O projeto prevê cerca de 64 lotes, numa área de intervenção de aproximadamente 60.000m<sup>2</sup>, sendo cada lote com 1.000, para implantações edificatórias de 50%, tendo sido construída uma 1.ª fase que disponibilizou 15 lotes para venda.



AMBIENTE	<p>Pretendia o Plano Diretor Municipal de 1994:</p> <p>A reabilitação da qualidade ambiental do concelho, através de forma articulada e criativa, envolvendo as entidades públicas, privadas e município.</p> <p>O principal objetivo estratégico de atuação para o território – a Melhoria da Qualidade Ambiental – tinha os seguintes objetivos setoriais:</p> <p>1. Promoção do Ordenamento Urbano e Industrial</p> <p>As ações estratégicas propostas são as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Localização Industrial: criação de áreas de localização industrial devidamente ordenadas e dispendo das necessárias infraestruturas, conforme expresso no art.º 28.º e 29.º do regulamento do Plano Diretor Municipal em:</li><li>· Povoação de Alcanena, sem vocação para indústria de curtumes;</li><li>· Norte Gouxaria, para armazéns e indústrias menos poluentes;</li><li>· Minde: para indústria têxtil e menos poluentes;</li><li>· Marujo: exclusivamente para armazenagem;</li><li>· Transferência de unidades industriais incorretamente localizadas ou inseridas na malha edificada habitacional, preferencialmente para a área industrial de Alcanena, conforme o art.º 30.º do regulamento do Plano Diretor Municipal.</li></ul> <p>Quanto ao objetivo da criação de zonas industriais planeadas (Localização Industrial), no modelo territorial do plano, de uma maneira geral, a mesma não foi alcançada - até à data, não se verificou nenhuma realocação de estabelecimentos industriais, no concelho e as indústrias existentes e com expressão, não só se mantiveram no local como tiveram condições para se expandir.</p> <p>Essa verificação é feita pela quantidade de indústrias transformadoras existentes, à data, do plano para a freguesia de</p>
----------	---



Alcanena (em 1994, eram 44 estabelecimentos de curtumes, conforme Quadro 107 do diagnóstico do Plano Diretor Municipal em vigor) e as atuais indústrias a laborar na povoação (em 2014, são 70 incluídas na povoação de Alcanena e Gouxaria), com um acréscimo de 140%, contrariando o n.º 1) e o n.º 5) acima identificados.

Entretanto, as alterações legislativas no que se refere à atividade industrial permitiram que, atualmente, a povoação da Gouxaria Norte, que já albergava edifícios industriais pré-existentes (Tipo 2), com edificação anterior ao plano municipal, permita a instalação de estabelecimentos industriais com a tipologia de menor riscos e impactes, tipo 3, mas no âmbito da curtimenta ou dos produtos químicos. Trata-se de uma zona infraestruturada (abastecimento de água, rede de esgotos domésticos e industriais e acesso viário), pelo que o propósito expresso no plano foi desvirtuado, não se tratando de um local para implantação de estabelecimentos de armazenagem mas antes de laboração (essencialmente) de curtumes.

No local de Marrujo, atualmente, a laborar, existe a base logística do grupo económico do *Intermarché* e uma serralharia. Os edifícios existentes são referentes a vários edifícios de armazenagem.

2. Salvaguarda e reabilitação do subsolo e recursos aquíferos:

- 1) Ligação de todas as unidades industriais do concelho ao sistema público de tratamento de efluentes após pré-tratamento, como condição para laboração;

Foi concluída, em final de setembro de 2014, uma das medidas do plano de 1994, o aumento da capacidade da estação de tratamento de efluentes bem como à execução dos sistemas complementares de armazenagem e homogeneização, com o projeto de remodelação do Sistema de Alcanena;

- 2) A medida referente à conclusão da rede de esgotos dos núcleos urbanos da Serra de Santo António e de Bugalhos já foi concretizada
- 3) Tratamento dos efluentes de Minde, concluindo a rede de esgotos do aglomerado, alargando-a a toda a área urbana e industrial e sua ligação a rede de coletores de Moitas Venda (por forma a permitir o tratamento fora da bacia de Minde) – Esta medida teve uma execução diferente: a rede de ampliação dos esgotos foi executada mas sem ligação à rede de coletores de Moitas Venda, sendo o tratamento de esgotos de Minde assegurado pela ETAR Minde/Mira de Aire, entrando em exploração no ano de 2005;
- 4) A medida referente à construção de unidades de tratamento dos efluentes em todas as explorações pecuárias, não foi implantada, até à data.
- 5) Aplicação na área de Serra de Santo António de medidas inovadoras de controlo e tratamento de efluentes das pecuárias familiares, em fase experimental para a zona do PNSAC (exemplo: “parques de suiniculturas”), também não foi concretizada;
- 6) Concretização do processo de recuperação ecológica do Rio Alviela – Esta situação presentemente complementa-se com o projeto do Sistema de Alcanena (requalificação da rede de coletores e as obras de



requalificação da ETAR)

3. Exploração de inertes

- Contenção das explorações de pedreiras existentes, às áreas licenciadas, inviabilizando o licenciamento de novas unidades – esta situação está acautelada graças ao regulamentado no art.º 31.º do PDMA em vigor e à carta de ordenamento, com a devida classificação do solo.
- Adoção pelas unidades em exploração, à aplicação de planos de lavra e de recuperação paisagística – esta medida reporta-se para o cumprimento da legislação aplicável;
- Recuperação das antigas explorações abandonadas – situação não executada mas ainda hoje pretendida;
- Suspensão do licenciamento de novas pedreiras – situação aplicável graças ao regulamentado em PDMA em vigor.

4. PROTEÇÃO DO RELEVO E COBERTO VEGETAL NATURAL:

a) Salvaguarda das espécies e manchas vegetais autóctones (inviabilizando a sua substituição por espécies exóticas ou de crescimento rápido), reflorestação de todas as áreas ardidas com espécies adequadas, manutenção do coberto vegetal natural:

O Município de Alcanena criou um regulamento de arborização e rearborização de espécies de rápido crescimento no ano de 2008, com o objetivo de condicionar a introdução de espécies não autóctones, com exceção das destinadas à exploração agrícola, definindo medidas relativas à sua exploração.

O próprio valor da taxa constante no referido regulamento, teve em consideração não só os custos inerentes ao licenciamento, mas também, e principalmente, o impacto desfavorável na prossecução do interesse público relativamente à satisfação das necessidades a nível ambiental, versus o benefício auferido pelo(s) interessado(s). Foram fixados também critérios de desincentivo à prática de (re) arborização de espécies de crescimento rápido, incentivando “à contrário” a re (arborização) de espécies autóctones.

b) Reflorestação de todas as áreas ardidas com espécies adequadas e dispondo de sistemas de vigilância e acesso necessários para a sua exploração, limpeza e combate a incêndios:

No ano de 2005, foi criado o Gabinete Técnico Florestal, com os seguintes objetivos:

- Execução e revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios Florestais, DFCI;
- Execução anual do Plano Operacional Municipal aprovado em sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios;
- Participação nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços florestais do município;



- Supervisão e controlo de qualidade das obras municipais subcontratadas no âmbito de DFCI;
- Emissão de propostas e de pareceres no âmbito das medidas e ações de DFCI;
- Coordenação e gestão da Equipa de Sapadores Florestais SF11-16C;
- Realização de campanhas de sensibilização no âmbito da DFCI.

A constituição da Equipa de Sapadores Florestais, operacionalizada a 2 de Agosto de 2010, possibilita uma 1ª intervenção rápida e eficaz aos focos de incêndio nascentes, reduzindo assim a possibilidade dos mesmos tomarem proporções que impliquem uma maior afetação de recursos humanos e materiais: Prova da sua eficácia é o número de primeiras intervenções com sucesso.

A constituição da Equipa de Sapadores Florestais SF11-16C foi um bom incremento introduzido no sistema de defesa da floresta contra incêndios, designadamente na desobstrução de caminhos rurais que permitem um acesso mais facilitado por parte dos Bombeiros aos incêndios potenciando o seu rápido controlo.

c) Manutenção do coberto vegetal natural, com incidência para as espécies aromáticas e de exploração comercial possível e de enquadramento das linhas de águas existentes.

Desde 2010, com o plano de atividades dos sapadores florestais SF 11-16C são realizadas anualmente, ações de conservação onde se inclui a limpeza e preservação das espécies ripícolas existentes nas linhas de água.

d) Eliminação dos atuais focos de poluição: lixeiras clandestinas, depósitos de desperdícios e materiais ferrosos e de contentores e bidons de materiais tóxicos.

A implementação de um aterro sanitário intermunicipal para destino final dos resíduos domésticos era outros das propostas presentes no Plano de 1994, - foi construído na Chamusca, Arripiado, o aterro da operadora Resitejo, para esse fim, em exploração desde maio de 1999.

e) Construção de um aterro sanitário para resíduos industriais, em Monsanto de acordo com estudo à data realizado – Junto à Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, ETARA, foi edificado o aterro dos resíduos sólidos industriais, com duas células, referente aos desperdícios da indústria de curtumes, vocacionado para o tratamento das águas lixiviantes (com impermeabilização com telas sintéticas) e, o aterro controlado das lamas, produzidas pela ETARA, que são estabilizadas e colocadas em outra célula.

f) Desenvolvimento dos estudos necessários à construção de uma estação de incineração dos resíduos do couro, caso se verifique não ser possível a sua recuperação e aproveitamento industrial: medida não realizada.

Contudo, existe o SIRECRO, unidade de recuperação do crómio que consiste na instalação complementar do sistema de Alcanena destinada à recuperação desse elemento químico, contido no processo de curtimenta das fábricas de curtumes. Esta unidade permite a recuperação e reutilização de grandes quantidades de crómio que, de outra forma, iriam aumentar a carga tóxica no tratamento, permitindo reduzir o impacto ambiental, além de se conseguir uma poupança muito importante para as empresas de um dos químicos mais importantes na indústria de curtumes através da reutilização.

g) Reconversão paisagístico das duas lixeiras (localizadas em Vila Moreira e S. Pedro) tendo em conta a sua saturação e conseqüente encerramento – foi realizado o encerramento das lixeiras, no ano de 1999 e 2002.



h) Remoção dos lixos clandestinamente depositados no território, sobretudo os desperdícios de couro e materiais ferrosos – realizado com a transferência não para a lixeira mas antes para o aterro industrial entretanto erguido

#### 5. AUMENTO DA TAXA DE COBERTURA DAS REDES DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA E MELHORIA DE FUNCIONAMENTO E QUALIDADE DOS SISTEMAS ATUAIS

Em 1994, 70% da população era servida por redes públicas de tratamento de efluentes domésticos.

O plano de 1994 prevê a adoção de medidas inovadoras quanto ao tratamento das explorações pecuárias familiares, à semelhança do que foi feito na área de intervenção do POPNSAC, no concelho de Rio Maior que incluem a criação de 3 pólos de localização de pecuárias, com unidades de tratamento de esgotos e localizadas fora dos perímetros urbanos e afastadas das linhas de água, nas localidades de Serra de Santo António, Malhou/Louriceira e Monsanto – Esta medida não foi realizada.

Outra medida presente no plano é o alargamento progressivo das redes existentes de águas residuais nas áreas urbanas e urbanizáveis, com eliminação gradual dos sistemas individuais – esta matéria está explanada no tema das Infraestruturas.

#### 6. DEFESA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CONSTRUÍDO

A conservação e revitalização do património natural e construído são tomados como princípios de atuação para a estratégia de ordenamento do concelho, no plano de 1994.

A importância dos elementos naturais existentes, nomeadamente na área afeta ao PNSAC, dos vestígios arqueológicos e dos núcleos urbanos e imóveis de maior valor arquitetónico, é acrescida pela estratégia de desenvolvimento do setor turístico pretendido, ao que se associa o património edificado, com a consideração pela caracterização tipológica e formal do mesmo. Aqui também se inclui a reutilização e inserção dos imóveis de valor arquitetónico como mais valia.

Há data do plano de 1994, existiam oito (8) sítios de arqueologia, sendo que atualmente e de acordo com a informação disponibilizada na Direção Geral do Património Cultural, existem 31 (trinta e um), o que representa mais do triplo da realização em trabalhos de investigação de arqueologia, em 20 anos, no concelho.

Quanto à valorização do património edificado, o mesmo tem sido parcamente alcançado apenas nas zonas definidas em regulamento e na carta do ordenamento do PDMA como *Núcleos Históricos* (Louriceira, Monsanto, Alcanena, Minde e Vila Moreira).



7. PREVER A ARTICULAÇÃO COM O PNSAC E ENTIDADES REGIONAIS

Nas seguintes áreas de atuação:

a) Gestão do território

- Quanto à classificação do solo, expresso no POPNSAC e no PDM;
- Quanto à compatibilização entre os dois regulamentos dos instrumentos atrás referidos;
- Quanto à apreciação de processos de obras fora dos perímetros urbanos para habitação, edifícios industriais e pecuárias e outros edifícios sujeitos a controlo prévio.

A pretensão do plano de 1994, recai, atualmente no restrito cumprimento legal entre instrumentos de gestão territorial e seus regulamentos e suas conexões ao regime jurídico da urbanização e da edificação, pelo que essa atuação é feita, diariamente, na gestão urbanística dos serviços camarários.

b) Participação da autarquia na Associação para o Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros - Associativismo para realização de equipamentos de apoio (pólo de lazer e de turismo) nos Olhos de Água: parque de campismo (executado), piscina natural (não executado), parque de merendas (executado) e núcleo de turismo rural ou de habitação (não executado);

c) Extensão de atividades do âmbito da associação acima descrita para as povoações da Serra de Santo António e Monsanto, nomeadamente Turismo Rural – não realizado.

8. Defesa e Estudo do ecossistema local

Proposta de trabalho conjunto entre a autarquia e o PNSAC, através de um protocolo de colaboração quanto à seguinte caracterização: levantamento, registo e intervenção das grutas e algares do concelho, realização da carta arqueológica do concelho, realização da carta do património natural do concelho, levantamento atualizado dos recursos hídricos do concelho. O património edificado também deveria ser incluído – até à data, não foi realizado este estudo pelo Município.

Poluição

O potencial de poluição no concelho é elevado e diversificado.

Em termos de emissões gasosas, a indústria de curtumes gera odores devido à matéria-prima e produtos químicos utilizados, pelo que à localização desta atividade está associada a emissão para o ar de diferentes substâncias e partículas do processo produtivo, originando a contaminação atmosférica.

Outro problema do concelho de Alcanena, prende-se com a poluição dos solos e das águas. O primeiro é indissociável



do segundo uma vez que, *no território litológico de Alcanena, essencialmente poroso devido às características calcárias, a absorção dos poluentes pela camada superficial do solo conduz a um maior risco de contaminação das águas subterrâneas e dos aquíferos* (Vicêncio, 2003).

Daí a importância quanto à capacidade de tratamento da ETAR de Alcanena, verificando que esta supre as necessidades correntemente, no entanto, identificam-se algumas falhas que comprometem a eficácia do tratamento, principalmente pelo facto de o equipamento se localizar em leito de cheia, sujeito a inundações frequentes, e por ocorrerem infiltrações e descargas de águas pluviais nas redes, diminuindo a eficácia do tratamento, provocando descargas dos efluentes sem tratamento no meio ambiente. Estes factos foram tidos em conta tendo levado à assinatura de um protocolo entre o Município, AUSTRA e ministério do ambiente e que culminou na realização de obras de proteção da ETAR contra cheias, obras no sistema de tratamento da própria ETAR e lançamento da empreitada de requalificação da rede de coletores.

Ainda de acordo com os pressupostos para remodelação do equipamento, esta ETAR não permite garantir o cumprimento de alguns *Valores Limites de Emissão* impostos pela atual legislação em vigor. No entanto esta situação começa a inverter-se com as obras que se realizaram e poderá ser muito melhorada com a obra de requalificação da rede de coletores – setembro de 2014.

O concelho de Alcanena é ocupado parcialmente, por áreas florestais, estando por isso o risco de incêndios florestais presente, somando-se a crescente área de incultos, antigas áreas exclusivas da agricultura e pastoreio, presentemente abandonadas. De acordo com o *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios*, todo o concelho de Alcanena apresenta um elevado risco de incêndio, devido à camada de combustível à superfície ser bastante compacta e de elevado poder calorífico o que origina fogos de grande intensidade. Salientamos a freguesia de Minde devido à carga combustível existente aliada à topografia do terreno.

No concelho existem ainda os seguintes focos potenciais de poluição, nomeadamente em caso de acidente ou derrames:

- Unidades de curtumes;
- Infraestruturas urbanas;
- Solos contaminados;
- Unidades pecuárias;
- Queijarias;
- Lagares de azeite.
- Sucatas;
- Pedreiras
- Unidades de produção e armazenamento de produtos químicos.

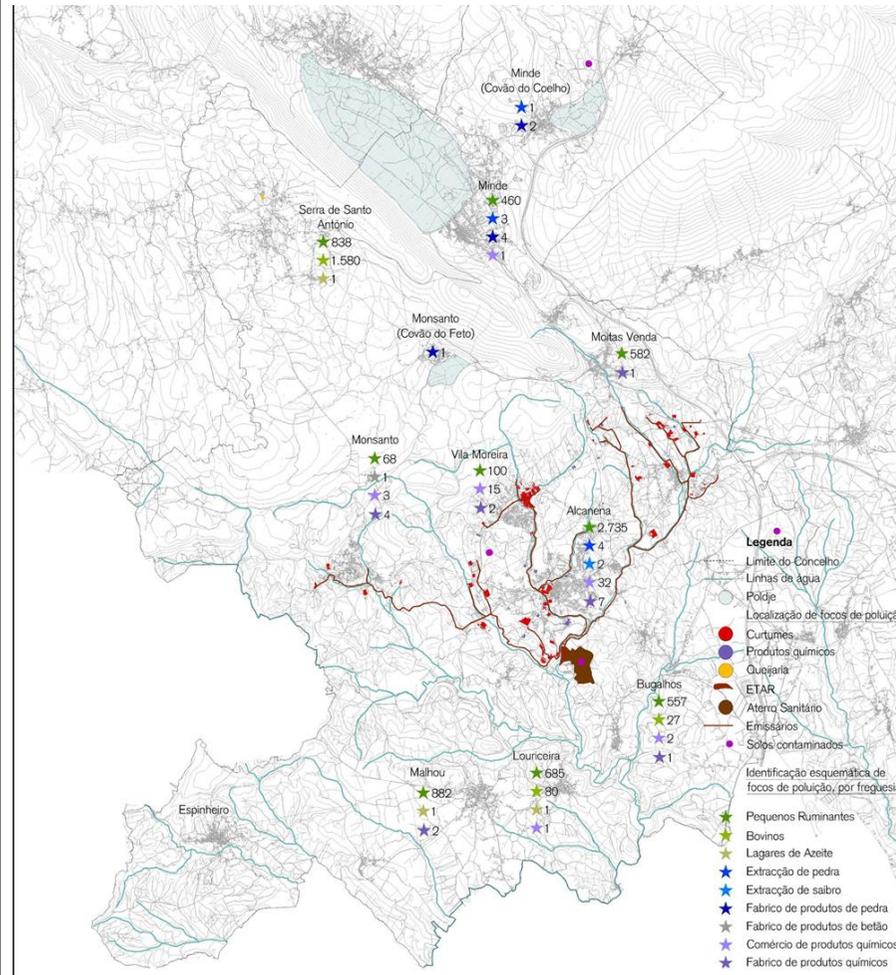


Figura 12: Localização de focos de poluição  
Fonte: Estudos de Caracterização, Volume 7 - infraestruturas



FATORES DE MUDANÇA DO PLANO	
	<p>Reclassificação do solo rural em solo urbano</p> <hr/> <p>Retificação do PDMA – Declaração n.º 55/2008, de 08 de fevereiro, publicado na 2.ª Série do Diário da República.</p> <p>Tratou-se de retificação pontual ao PDMA, delimitada no contexto do modelo territorial do concelho, concretamente na <i>Herdade do Marrujo</i>, freguesia de Bugalhos, no entreposto logístico da atual Base do <i>Intermarché</i>, do grupo comercial <i>Os Mosqueteiros</i>. Aquando da elaboração do plano, o licenciamento da operação urbanística, anterior à entrada em vigor do PDMA, referente à edificação do entreposto, não foi corretamente contemplada na carta de ordenamento, por lapso grosseiro, pelo que se traduziu num erro material.</p> <p>A retificação aplicou-se somente à carta de ordenamento, não existindo qualquer intervenção na planta de servidões e restrições de utilidade pública nem no seu regulamento.</p> <p>Assim, a Câmara Municipal de Alcanena definiu o erro material na representação cartográfica e conduziu à sua identificação e correção, à luz do estipulado no art.º 148.º do Código de Procedimento Administrativo, enquadrando esta pretensão na alínea b) do art.º 97.º - A do DL 380/99, de 22 de Setembro, bem como na alínea c) do mesmo artigo e diploma supramencionado, face ao acerto de cartografia determinada por incorreção de transposição de escalas.</p> <p>PP de Moitas Venda – Retificação n.º 1147/2008, de 23 de maio, publicado na 2.ª Série do Diário da República.</p> <p>Alteração por adaptação ao PDMA Alteração da REN concelhia</p> <p>Os objetivos do PP para a área de intervenção derivaram de inexistentes alternativas urbanas para a fixação de população ativa na freguesia de Moitas Venda característica pelo seu povoamento desordenado, ao longo dos tempos. O seu anterior uso do solo, <i>Espaço de Transição</i>, permitia a edificação sobre determinados requisitos que não favorecia a aplicabilidade de raiz de projetos urbanos de coesão, nomeadamente no que se refere à estratégia municipal de habitação social para aquele local. Assim, no que se assemelha como expansão urbana, o Plano de Pormenor pretendeu</p>



ajustar-se à política de uso de solo existente ao permitir veicular maior qualificação urbanística. O Plano de Pormenor implicou também a redefinição pontual da REN neste local, incidindo sobre uma área com cerca de 2.650 m2 a excluída deste Regime, referenciada na Planta de Condicionantes do PDMA.

#### PROT-OVT

Alteração por adaptação ao PDM

A Assembleia Municipal na sua sessão ordinária, realizada em 25 de Fevereiro de 2010, sob proposta da Câmara Municipal, na sua reunião ordinária, realizada em 08 de Fevereiro do corrente ano, aprovou por unanimidade uma Alteração ao Plano Diretor Municipal de Alcanena, RCM n.º 98/94, de 06 de Outubro, por Adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – PROT-OVT, RCM n.º 64-A/2009, de 06 de Agosto, nos termos do artigo 97.º do regime jurídico acima mencionado.

Por a alteração em causa incidir somente na regulamentação do Plano Diretor Municipal, publicaram-se apenas os respetivos artigos alterados.

#### Suspensão do PDMA e suas medidas preventivas

Por o regime do PDMA em vigor não permitir a realização de empreendimentos logísticos de interesse local e regional, face à classificação e categorias atuais do uso de solo, mas por a localização estar definida como estratégica no contexto de acessibilidades a nível regional, nacional e ibérico para a implementação da Porta Norte da Região de Polarização Metropolitana de Lisboa (Nó da A1 com a A23), em articulação com a rede nacional de plataformas logísticas, e dado os prazos pretendidos para a implantação da Plataforma Logística do Médio Tejo (que não se coadunam com os associados ao procedimento de revisão do plano), a Câmara Municipal de Alcanena avançou para o processo de suspensão parcial do PDMA, prorrogado até Junho de 2015.

Assim, a proposta de suspensão parcial do plano, remetida para a revisão a decorrer, pretendeu enquadrar na estratégia municipal um projeto estruturante com o propósito de reforçar e diversificar a base da competitividade económica, qualificar o comércio e expandir a oferta de serviços, pelo compromisso a assumir com outros parceiros estratégicos, vitais para o desenvolvimento da região.



BIBLIOGRAFIA	<p>Análise e Diagnóstico do Plano Diretor Municipal de Alcanena (dezembro de 1991) <i>Braula Reis</i>, Arquitectos Associados;</p> <p>Relatório de diagnóstico do Plano Diretor Municipal de Alcanena (1993), <i>Braula Reis</i>, Arquitectos Associados;</p> <p>Relatórios dos Estudos de Caracterização da revisão do Plano Diretor Municipal de Alcanena, 2009-2013 – <i>Inplenitus, Lda</i>;</p> <p>Projeto de remodelação do sistema de saneamento de Alcanena - ARH-Tejo /Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;</p> <p>Diagnóstico da Rede de Coletores do Sistema de Drenagem das Águas Residuais – AUSTRALIA, Centro Tecnológico das Indústrias do Couro, Setembro de 2008;</p> <p>PORdata – base de dados de Portugal Contemporâneo, em serviço público, organizada pela FFMS, Fundação Francisco Manuel dos Santos: as informações divulgadas são provenientes de fontes oficiais e certificadas;</p> <p>Instituto Nacional de Estatística: XIII, XIV e XV Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991, 2001 e 2011;</p> <p>Plano Municipal de Emergência e de Proteção Civil do Concelho de Alcanena;</p>